

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA SOCIAL
E AMBIENTAL (ATES) PARA AS FAMÍLIAS
ASSENTADAS NO RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Vinicius Piccin Dalbianco

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO
PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA SOCIAL E
AMBIENTAL (ATES) PARA AS FAMÍLIAS
ASSENTADAS NO RS**

Vinicius Piccin Dalbianco

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO
PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA SOCIAL E AMBIENTAL
(ATES) PARA AS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO RS**

elaborada por
Vinicius Piccin Dalbianco

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

Comissão Examinadora:

Renato Santos de Souza, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Vivien Diesel, Dr^a. (UFSM)

Vladimir Silva de Lima, Ms. (INCRA)

Santa Maria, 15 de julho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Aos examinadores desta monografia, Professor Renato e Professora Vivien e o grande amigo Vladimir;

Aos integrantes do projeto dos Articuladores de ATES, pelos valerosos espaços de diálogo, discussão e construção da crítica;

Ao Marcelo, que através dele agradeço os demais amigos do INCRA;

A minha companheira Nádía, pela construção coletiva deste trabalho.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA SOCIAL E AMBIENTAL (ATES) PARA AS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO RS

Autor: Vinicius Piccin Dalbianco

Orientador: Dr. Renato Santos de Souza

Santa Maria, Agosto de 2011.

O presente estudo tem por objetivo analisar como foi executado o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS no período de janeiro de 2009 a junho de 2010, tendo como base as normativas nacionais do Programa, as ações desenvolvidas pelo INCRA, os trabalhos das equipes técnicas e a atuação da coordenação das prestadoras. Caracteriza-se como pesquisa descritiva exploratória, por apresentar observações, registros, análises dos fatos estudados e por correlacioná-los com outros fenômenos empíricos de diferentes naturezas e características. A investigação foi realizada a partir de fontes secundárias e do engajamento do pesquisador com a temática, vivenciado a partir do acúmulo de trabalho enquanto participante do Programa dos articuladores da ATES. Orientada sobre as mesmas diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a ATES foi constituída a partir de uma nova institucionalidade estatal, marcada pela descentralização através da terceirização dos serviços, num contexto de avanço dos preceitos neoliberais sobre as reformas políticas e econômicas do país. No RS, este cenário se tornou mais evidente a partir de 2009, quando a ATES passou a ser operacionalizada pela modalidade contrato, promovendo inúmeras mudanças na implementação do Programa, entre elas a tentativa de por em prática um processo que possibilite avaliar e monitorar os trabalhos das equipes técnicas. O INCRA-RS criou alguns instrumentos com o objetivo de coletar informações e acompanhar periodicamente todas as ações de ATES desenvolvidas nos assentamentos. Através do Sistema de Apoio e Monitoramento de ATES (SAMA), foi possível obter de forma sistemática as informações do trabalho de todas as equipes técnicas. Com o trabalho de fiscalização dos asseguradores de contratos de ATES, foi efetivado um processo de conferência das informações postadas no SAMA, com o objetivo de subsidiar e justificar os pagamentos mensais. Através dos Conselhos de ATES, se tentou por em prática um sistema de avaliação com a participação de todos os atores envolvidos no Programa. Mediante uma análise quantitativa destes instrumentos foi exercido maior controle sobre as ações desenvolvidas pelas equipes técnicas nos assentamentos. No entanto, ficou pendente reflexões que apontassem aspectos sobre a qualidade dos serviços de ATES. As informações coletadas serviram basicamente para contabilizar o número de atividades realizadas e subsidiar os procedimentos formais dos contratos bem como, os conselhos estiveram restritos nas discussões informativas sem significativas conseqüências na dinâmica organizativa e operacional do Programa. Diante disto, o presente estudo indica que os instrumentos utilizados para efetivar o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS promoveram avanços significativos no que se refere o controle e acompanhamento quantitativo de todas as ações técnicas desempenhadas nos assentamentos. Contudo, carecem de ajustes que possibilite a discussão, reflexão e análise com o foco na qualificação do Programa, permitindo desempenhar ações de Extensão Rural mais condizente com a realidade das famílias assentadas.

Palavras-chave: Extensão Rural. Assessoria. Avaliação. Monitoramento.

ABSTRACT

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

THE PROCESS OF ASSESSMENT AND MONITORING PROGRAM ADVISORY SOCIAL AND ENVIRONMENTAL (ATES) FOR FAMILIES SETTLED IN RS

Author: Vinicius Piccin Dalbianco

Adviser: Dr. Renato Santos de Souza

Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

This study aims to analyze how the process was executed Assessment and Monitoring of ATES in RS in the period January 2009 to June 2010, based on the national standards program, the actions taken by INCRA, the work of teams techniques and coordination of activities of providers. It is characterized as exploratory descriptive research, to present observations, records, analyzes the events studied and correlate them with other empirical phenomena of different natures and characteristics. The investigation was done from secondary sources and the researcher's engagement with the subject experienced from the backlog of work as a participant of the program of the organizers of the ATES. Oriented towards the same guidelines of the National Technical Assistance and Rural Extension (PNAT), the ATES was formed from a new state institutions, marked by the decentralization of services through outsourcing, in the context of advancing neoliberal precepts on political reform and economic of the country. In RS, this scenario has become more evident from 2009 when the ATES is now operated by contract modality, promoting numerous changes in program implementation, including the attempt to put into practice a process that will enable to assess and monitor the work technical teams. The RS-INCRA created some tools in order to gather information and to regularly monitor all actions carried out in ATES settlements. Through the Support System and Monitoring ATES (SAMA), was obtained in a systematic way the job information of all the technical teams. With the work of supervision of insurers contracts ATES, a process was effected Conference of the information posted on SAMA, in order to subsidize and to justify the monthly payments. By the Boards of ATES, we tried to put into practice a system of evaluation with the participation of all actors involved in the program. Through a quantitative analysis of these instruments was exercised greater control over the actions developed by technical teams in the settlements. However, it was outstanding aspects that pointed reflections on the quality of ATES. The information gathered served primarily to count the number of activities and support the formal contract procedures and the councils have been restricted in informative discussions without significant consequences on the dynamics of organizational and operational program. Given this, the present study indicates that the instruments used to effect the process of evaluation and monitoring of the RS ATES promoted significant advances with regard to control and quantitative monitoring of all technical activities performed in the settlements. However, lack of adjustment that allows for discussion, reflection and analysis with focus on the qualification program, allowing extension to perform actions more consistent with the reality of settler families.

Keywords: Rural Extension. Advice. Evaluation. Monitoring.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa do RS com a divisão territorial dos NOs de ATES	26
Figura 2 –	Endereço eletrônico do SAMA destinado ao lançamento das ações de ATES pelos técnicos	36
Figura 3 –	Seção do endereço eletrônico principal do SAMA, no qual é feito inserções e consultas sobre as ações de ATES	37
Figura 4 –	Demonstração do resumo 04 do SAMA, com a quantidade de horas executadas e os valores mensais pago para uma equipe técnica	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos, valores, e quantidade de PDAs e PRAs no RS.....	28
Quadro 2 – Fluxograma do monitoramento de processo de ATES	33
Quadro 3 – Etapas de implantação do Monitoramento de Resultados de ATES.....	34
Quadro 4 – Diferença entre avaliação “formativa” e “somativa”.....	46
Quadro 5 – Informações filtradas no SAMA a partir da inserção das atividades coletivas desenvolvidas num assentamento durante os meses de fevereiro, março e abril	49
Quadro 6 – Informações e hipóteses sistematizadas a partir do questionário aplicado pelos asseguradores dos contratos de ATES à 453 famílias assentadas durante o ano de 2010	50
Quadro 7 – Categorias de análise para a política de ATER e os necessários passos para a definição de indicadores de Avaliação e Monitoramento.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tipos de Instrumentos firmados com as prestadoras de serviços de ATES.....	22
Tabela 2 –	Nível e tipo de formação dos técnicos da ATES.....	24
Tabela 3 –	Divisão dos NOs de ATES no estado do RS, características de cada Núcleo Operacional quanto a abrangência de famílias, Municípios, Projetos de Assentamento (PAs), prestadoras executoras dos trabalhos e número de técnicos.....	27
Tabela 4 –	Número total de ações individuais e coletivas realizadas pelos técnicos da ATES durante o ano de 2009, 2010 e 2011 (até 30 de maio) extraídos do SAMA	38
Tabela 5 –	Número total de famílias entrevistadas pelo INCRA anualmente em cada NO	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	– Assistência Técnica e Extensão Rural.
ATES	– Assessoria Técnica, Social e Ambiental.
CCR	– Centro de Ciências Rurais.
CETAP	– Centro de Tecnologias Alternativas Populares.
CJU	– Controladoria Jurídica da União.
COPTec	– Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATER	– Empresa Brasileira e Assistência Técnica e Extensão Rural.
FAPEG	– Fundação de Apoio à Pesquisa Edmundo Gastal.
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
LIOs	– Licenças de Operação e Instalação dos assentamentos.
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MST	– Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
NESAF	– Núcleo de Estudos em Solo e Água na Agricultura Familiar.
NO	– Núcleo Operacional.
ONGs	– Organizações Não Governamentais.
PDA	– Planos de Desenvolvimento do Assentamento.
PNATER	– Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
PPGExR	– Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFSM.
PRA	– Plano de Recuperação do Assentamento.
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRV	– Sistema de Pastoreio Racional Voisin.
RS	– Rio Grande do Sul.
SAMA	– Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES.
SOMAR	– Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica para o Desenvolvimento da Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal em Assentamentos do RS.
TCU	– Tribunal de Contas da União.
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Relação de municípios em cada NO	63
Anexo B – Ficha de campo para as visitas técnicas individuais aos lotes.....	64
Anexo C – Fichas de campo para as ações coletivas	65
Anexo D – Questionário usado pelos asseguradores de contratos de ATES.....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	15
2.1 Objetivo Geral	15
2.2 Objetivos específicos.....	15
2.3 Procedimentos Metodológicos adotados.....	15
3 O PROGRAMA DE ATES NO RS.....	19
3.1 Reforma agrária e o serviço de Extensão Rural.....	19
3.2 A organização e operacionalidade da ATES no RS.....	24
4 A ATES NO RS E A DINÂMICA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	31
4.1 Normas e procedimentos nacionais para o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES.....	31
4.2 Os instrumentos e metodologias de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS	35
5 ANÁLISE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA ATES NO RS	41
5.1 Avaliação e Monitoramento da ATES: dos resultados quantitativos a construção de referenciais qualitativos	41
5.2 Avaliação e Monitoramento: a necessidade de condições operacionais	47
5.3 Elementos favoráveis a qualificação do processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS	51
6 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
ANEXOS	62

1 INTRODUÇÃO

Os serviços de Extensão Rural para os assentamentos de reforma agrária enquanto política pública são recentes na história do Brasil. Embora o Estatuto da Terra já prevesse serviços técnicos para apoiar o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, só a partir da década de 1980 que em nível nacional, se passou a discutir uma política de Extensão Rural que atendesse às reivindicações das famílias assentadas.

A abertura democrática do Brasil possibilitou que os movimentos sociais, aliados aos grupos de intelectuais e pesquisadores, pudessem contribuir na formulação de políticas governamentais favoráveis ao desenvolvimento da pequena agricultura e dos assentamentos de reforma agrária. Mesmo com o avanço dos preceitos neoliberais sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro na década de 90 e o apoio governamental a expansão do agronegócio e da economia agrícola baseada na monocultura, houve iniciativas que possibilitaram a elaboração de Programas favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar e aos projetos de assentamentos.

Com a mudança governamental ocorrida em 2002, os Programas relacionados ao financiamento e seguro agrícola, extensão rural, educação do campo, infra-estrutura, etc, para os agricultores familiares e assentados, passaram a ter uma dimensão mais ampliada. Mesmo que o agronegócio não tenha deixado de ser a prioridade no desenvolvimento agrícola do país, esta mudança possibilitou a concretização de políticas públicas voltadas a atender uma população rural historicamente à margem do desenvolvimento. Destaca-se neste cenário o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que foi formulado para disponibilizar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares e o Programa Nacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), destinado a atender os agricultores beneficiados com a política de reforma agrária. Orientados pelas mesmas diretrizes, estes Programas buscam a valorização, inclusão e sustentabilidade dos agricultores familiares e assentados no cenário do desenvolvimento agrícola sustentável, com base nos preceitos da agroecologia.

Os serviços de Extensão Rural que compõem o Programa da ATES são coordenados pelo Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São executados através de convênios e contratos com entidades de prestação de serviços técnicos. No caso do estado do Rio Grande do Sul, esta tarefa foi desempenhada até o momento pela Empresa de Assistência

Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC).

No Manual Operacional do Programa de ATES (INCRA, 2008) está definida uma série de tarefas, tanto para o INCRA quanto para as prestadoras. Entre elas encontra-se a necessidade de desenvolver um processo de Avaliação e Monitoramento, que possibilite realizar uma análise sistemática e contínua de informações sobre o andamento e progresso das ações nos assentamentos.

Segundo este documento, “o processo de Avaliação e Monitoramento deve possibilitar a identificação de pontos fracos e fortes no Programa da ATES, para promover decisões corretas, de modo a qualificar e aprimorar as ações de Extensão Rural e conseqüentemente o desenvolvimento dos assentamentos” (INCRA, 2008, p. 52).

Frente a este cenário, se tem como hipótese desta pesquisa que há dificuldades para a efetivação deste processo, devido às carências estruturais do INCRA, a falta de envolvimento e comprometimento das prestadoras, a necessidade de se ter informações quantitativas das ações realizadas em detrimento de análises qualitativas, a preocupação com o cumprimento e verificação do número de atividades realizadas, da carga horária cumprida e do atendimento dos prazos estabelecidos no contrato de ATES.

Neste sentido, este estudo buscou problematizar e discutir como está sendo conduzido o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS, tendo como base as normativas nacionais do Programa, o trabalho das equipes técnicas, à atuação da coordenação das prestadoras e a dinâmica organizativa e operacional da coordenação estadual da ATES.

Assim, esta monografia divide-se em quatro capítulos, além desta introdução e das conclusões. O Capítulo I é composto pelos objetivos do trabalho (geral e específicos) e os procedimentos metodológicos adotados. O Capítulo II contém uma breve apresentação do processo histórico que permitiu a consolidação de uma política de Extensão Rural específica para os assentamentos de reforma agrária, descreve os procedimentos que resultaram na implantação da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) e relata como a ATES foi construída no estado do RS, como foi organizada a estrutura de coordenação e execução dos serviços e descreve as ações que fazem parte do contrato.

O Capítulo III apresenta as normas e procedimento do INCRA para a Avaliação e Monitoramento do Programa de ATES e retrata o processo que está sendo desenvolvido no RS, apresentando os objetivos e as metodologias adotadas, os instrumentos de coleta de dados e a dinâmica operativa e estrutural envolvida. O Capítulo IV analisa e elucida alguns

elementos que podem servir de subsidio para o aperfeiçoamento do processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS.

Muito além de ser apenas um trabalho acadêmico, espera-se que esta monografia possa contribuir efetivamente para a qualificação do Programa da ATES no RS e, especificamente, contribua para o aprimoramento do processo de uma Avaliação e Monitoramento.

2 OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar como foi executado o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS no período de janeiro de 2009 a maio de 2011, tendo como base as normativas nacionais do Programa, as ações desenvolvidas pelo INCRA, os trabalhos das equipes técnicas e a atuação da coordenação das prestadoras.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar e descrever as diretrizes nacionais do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) para os assentamentos de reforma agrária, buscando destacar os principais elementos norteadores do processo de Avaliação e Monitoramento do mesmo;
- Analisar o processo de Avaliação e monitoramento da ATES no RS, buscando correlacionar as ações que estão sendo desenvolvidas com as normativas nacionais do Programa e com a bibliografia especializada no tema;
- Incender elementos e fatores que possam servir de apoio para o aperfeiçoamento do processo de Avaliação e Monitoramento do Programa da ATES no RS.

2.3 Procedimentos Metodológicos adotados

A presente monografia se caracteriza por ser uma pesquisa descritivo- exploratória, por apresentar observações, registros, análises dos fatos estudados e por correlacioná-los com outros fenômenos empíricos de diferentes naturezas e características. De acordo com Becker (1993), a pesquisa descritivo-exploratória tem por finalidade investigar detalhadamente um

fato ou fenômeno, com vistas a produzir novas referências de estudo e análise, e busca desvendar elementos que norteiam a formulação de novas hipóteses e objetivos. Este tipo de estudo pretende descrever fatos e fenômenos de determinada realidade, podendo avançar para além da simples coleta de dados, ordenação e classificação, pois permite estabelecer relações entre as variáveis. (TRIVIÑOS, 1997).

Com base em Minayo (1994), Thiollent (1994), Demo (1995), Haguette (2001), pode-se afirmar que o trabalho apresenta-se como um estudo qualitativo, que se preocupa com o nível da realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos através da valorização da cultura, da autodefinição, das relações sociais e de poder, buscando a qualidade da investigação social.

Embora se acredite que a análise de uma unidade de estudo ou caso possa servir de compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, do estabelecimento de bases para uma investigação posterior (Gil, 1995), tem-se como certo que esta análise tem validade provisória, até que novas investigações sejam feitas possibilitando emergir novos resultados e significados.

A opção pela temática e pelo método utilizado na construção desta pesquisa envolveu duas vertentes:

A) Uso de fontes secundárias: foi realizada revisão de literatura especializada (principalmente sobre a temática da ATES, dos processos de Avaliação e Monitoramento dos trabalhos em Extensão Rural); foram analisados documentos do Governo Federal (sendo o Manual Operacional da ATES o principal entre eles), documentos e registros da coordenação estadual e nacional da ATES, das prestadoras, equipes técnicas e dos articuladores. Da mesma forma, foi feita análise do Sistema de Avaliação e Monitoramento da ATES (SAMA) e dos questionários aplicados pelos asseguradores dos contratos às famílias assentadas;

B) O engajamento do pesquisador com a temática e a pesquisa participante, pelo motivo do pesquisador fazer parte da equipe de articuladores da ATES no RS, onde possibilitou colocar em prática a observação participante.¹ Seguindo as orientações de Cardoso (1997), no ato da observação, buscou-se a contagem, a descrição, a localização dos

¹ A observação participante é um instrumento metodológico de pesquisa que busca envolver o pesquisador com a dinâmica e vida do campo de estudo. Parte-se do pré-suposto que a convivência em algumas tarefas cotidianas pode esclarecer, muitas vezes, mais do que dezenas de questionários (CARDOSO, 1997).

fatos únicos e cotidianos com o objetivo de construir cadeias de significados e na ação participante, o acompanhamento da rotina dos atores envolvidos na ATES, suas atitudes e comportamentos. Para Zaluar (1997), a participação do pesquisador na vida cotidiana dos atores envolvidos na pesquisa deveria ser especialmente considerada, pois é na fala e na sociabilidade que o pesquisador poderia perceber a eficácia de certas idéias, a recorrência de padrões, o processo contínuo de transformação, bem como o rotineiro, o decisivo, os conflitos, o oficial e o espontâneo. Nesse sentido, foi conduzido um processo de observação e participação direta, em que se vivenciou e se observou o dia a dia das ações de ATES. Foi realizado, antecipadamente, um conjunto de apontamentos do que deveria ser observado na prática cotidiana da ATES, de modo a se ter uma espécie de “tópico guia” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2004). Buscou-se considerar a subjetividade das informações reveladas pelos atores da ATES, com vistas a promover significados sobre a realidade e sobre aquilo que foi declarado.

Entre as atividades vivenciadas, cita-se:

- reuniões de avaliação e planejamento da ATES nos assentamentos de reforma agrária;
- reuniões de planejamento e discussão da ATES com as equipes técnicas nos NOs, com o objetivo de planejar as ações futuras, de acordo com as metas estabelecidas nos contratos;
- reuniões do Conselho Regional e Estadual da ATES, com o objetivo principal de avaliar as ações da ATES e planejar as ações futuras das equipes técnicas;
- encontros estaduais de formação para os técnicos dos NOs;
- reuniões com a coordenação estadual das prestadoras da ATES;
- participação em duas oficinas preparatórias para a construção dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e Plano de Recuperação do Assentamento (PRA);
- participação de encontros com a coordenação estadual da ATES, os quais objetivaram planejar as ações da ATES e discutir alternativas aos problemas recorrentes detectados no trabalho das equipes técnicas nos NOs;
- participação em encontros de formação com a coordenação estadual e nacional da ATES com objetivo de construir novos referenciais para o Programa da ATES e adequar as ações de acordo com as normativas nacionais;
- reuniões com a equipe de asseguradores dos contratos de ATES;
- participação em 16 encontros da equipe de articuladores;

A pesquisa realizada nesta monografia também levou em consideração que o pesquisador não é imune ao seu problema de pesquisa, tendo em vista suas trajetórias sociais,

seus valores, crenças e submissão às relações de poderes assimétricos que constituem a sociedade.² Compreende-se que a produção do conhecimento não é neutra, por manter identidade com a historicidade e as relações traçadas pelo pesquisador.

² O autor é filho de pequenos agricultores do município de Jaboticaba, localizado no Médio Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul. Fez o Curso Técnico no Colégio Agrícola no município de Frederico Westphalen, RS. Cursou Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria onde também fez o Mestrado em Extensão Rural, sendo o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) seu objeto de estudo e referencia para a elaboração da dissertação, defendida em agosto de 2010. Atualmente integra a equipe dos articuladores de ATES no RS.

3 O PROGRAMA DE ATES NO RS

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira delas apresenta um pouco da história e da luta para a concretização de um Programa nacional de Extensão Rural exclusivo para as famílias assentadas pela reforma agrária e descreve a implantação do Programa nacional de ATES, como está organizada e quais as principais diretrizes que norteiam as ações técnicas nos assentamentos. A segunda seção relata como a ATES é organizada no estado do RS, como é a estrutura de coordenação e execução dos serviços e descreve as ações que fazem parte do contrato.

3.1 Reforma agrária e o serviço de Extensão Rural

Na década de 1970, após um processo de repressão social, no campo e na cidade, e a partir do avanço do êxodo rural e da ampliação da pobreza no campo, o governo de Castelo Branco criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ligado ao Ministério da Agricultura. Objetivou-se criar unidades de produção nos assentamentos, através da organização social e econômica das comunidades, integrando as populações marginalizadas ao processo de desenvolvimento em curso. Entre as diretrizes da autarquia federal estava a de viabilizar a organização das unidades agrícolas assentadas, utilizando, para isto, a assistência técnica³. No entanto, segundo Pimentel (2007) o serviço de Extensão Rural

³ Os serviços de Extensão Rural destinados aos assentamentos de reforma agrária já haviam sido previstos no Estatuto da Terra em 1964 (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964). De acordo com este documento, passa a ser obrigação da assistência técnica para os assentamentos: a) a planificação de empreendimentos e atividades agrícolas; b) a elevação do nível sanitário, através de serviços próprios de saúde e saneamento rural, melhoria de habitação e de capacitação de lavradores e criadores, bem como de suas famílias; c) a criação do ensejo empresarial e a formação adequada em economia doméstica, indispensável à gerência dos pequenos estabelecimentos rurais e à administração da própria vida familiar; d) a transmissão de conhecimentos e acesso a meios técnicos concernentes a métodos e práticas agropecuárias e extrativas, visando à escolha econômica das culturas e criações, a racional implantação e desenvolvimento, e ao emprego de medidas de defesa sanitária, vegetal e animal; e) o auxílio e a assistência para o uso racional do solo, a execução de planos de reflorestamento, a obtenção de crédito e financiamento, a defesa e preservação dos recursos naturais; f) a promoção, entre os agricultores, do espírito de liderança e de associativismo. (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra).

preconizado para os assentados durante os governos militares não saiu do papel, tendo ficado restrito a ações pontuais.

Com a ascensão das organizações populares, na década de 1980, e com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), voltou à pauta de reivindicação dos Governos as políticas públicas destinadas a atender os trabalhadores rurais sem terra, entre elas a Assistência Técnica e a Extensão Rural. Neste cenário, a partir de 1985 a EMBRATER passou a direcionar suas ações para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. No seu discurso de posse, o então presidente Romeu Padilha deixa claro esta intenção:

A prioridade aos pobres no contexto brasileiro é uma exigência não só ética como também econômica social e política... Sabem os que trabalham a terra e os que com eles convivem que, sem a reforma agrária não se consolidará a democracia e nem serão ampliados os espaços da liberdade. Por isso, é necessário que todos nós, extensionistas brasileiros, como cidadãos, comprometamo-nos com sua imediata implantação e, como técnicos não poupemos esforços para garantir o seu êxito. (EMBRATER, 1986, p. 8).

No entanto, essa iniciativa durou pouco. A partir das crises econômicas e políticas do governo Sarney e da extinção da EMBRATER pelo governo Collor, em 1990, a assistência técnica e Extensão Rural foi submetida aos governos estaduais e municipais e às empresas privadas. Neste cenário, surgiram várias Organizações Não Governamentais interessadas em prestar assistência, muitas delas financiadas com recursos internacionais.

Com a extinção da EMBRATER, foi perdido muito do acúmulo que havia se dado sobre um modelo institucional diferenciado de Extensão Rural. As políticas de promoção do desenvolvimento rural continuaram a enfatizar a dimensão produtiva, relegando a um segundo plano as iniciativas de cunho social e ambiental (DIAS, 2004).

Na tentativa de retomar o diálogo com os movimentos sociais e com a intenção de tornar produtivos os assentamentos rurais, em 1996 o governo federal lança o projeto LUMIAR. Para Dias (2004, p. 514), o projeto LUMIAR partiu de um triplo diagnóstico, que apontava: a) a falta de capacidade operacional do INCRA para dar conta da diversidade de tarefas que demandava o processo de assentamento; b) a insuficiência ou a inadequação dos serviços oferecidos pelas empresas estaduais de Extensão Rural (EMATERs e similares); c) a necessidade de um serviço de assistência técnica e Extensão Rural específico para os agricultores assentados que desse suporte à execução dos projetos técnicos financiados com recursos dos Programas públicos de crédito rural.

Pimentel (2007) afirma que o LUMIAR inovou positivamente a forma de intervenção das políticas públicas nos assentamentos, colocando em discussão uma alternativa de prestação de serviços de assistência técnica e Extensão Rural mais adequada à realidade dos assentados. O governo federal tentou, por meio deste projeto, incorporar, na prática, uma série de reivindicações sociais com relação à descentralização dos serviços de Extensão Rural, financiado pelo Estado. De um lado, esta iniciativa se orientava pela necessidade de desonerar o INCRA da tarefa de atender tecnicamente os assentamentos e, de outro, buscava a viabilidade econômica dos assentados, basicamente através da elaboração e execução dos projetos de crédito. Guanziroli et al. (2003) afirmam que a assistência técnica nos assentamentos, através do projeto LUMIAR, privilegiou a elaboração de projetos técnicos para liberação de crédito, configurando uma ação extensionista pontual e descontínua.

O fato de o INCRA não se colocar na condição de executor do projeto causou uma baixa internalização das ações de assistência técnica para os assentamentos no quadro técnico da instituição. Isto comprometeu substancialmente o envolvimento do governo no Projeto (ECHENIQUE, 1998; MARINHO et al., 1999; PEREIRA, 2004).

Em junho de 2000, o Projeto LUMIAR foi extinto. A instabilidade institucional, as denúncias de desvios de recursos públicos e o desvio de funções das equipes técnicas locais foram alguns dos fatores determinantes (GUANZIROLI et al., 2003).

Entre o fim do Projeto LUMIAR e a implementação da ATES houve uma lacuna na oferta institucional dos serviços de Extensão Rural para os assentamentos de reforma agrária. Foram basicamente quatro anos em que os assentados ficaram à mercê das boas intenções das entidades e empresas locais, bem como dos governos estaduais.

Em 2004, através do INCRA e do MDA, o Governo Federal lançou o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) exclusivo para os assentamentos da reforma agrária. A formulação da ATES buscou superar os problemas do LUMIAR e inovar na gestão e descentralização da Extensão Rural pública para os assentamentos.

Com o advento da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, promovida pelo Governo Federal a partir de 2003, o INCRA passou a discutir, com base nas mesmas diretrizes, um Programa para atender os assentamentos da reforma agrária. Esta nova política passou a se fundamentar numa nova institucionalidade para a gestão desses serviços, associados à criação de uma nova modalidade de crédito (PRONAF A) desvinculado, por sua vez, daqueles destinados à agricultura familiar.

A partir do Manual Operacional da ATES (INCRA, 2004), o governo passou a assumir a ATES como um processo educativo continuado e sistêmico, no qual se exigiu um processo mais complexo do que a assistência técnica tradicional, requerendo um maior envolvimento dos técnicos com os assentados e com a dinâmica regional e local. Talvez um dos principais indicativos deste fato tenha sido a substituição do termo “assistência técnica” por “assessoria técnica”, embora o documento guia não explicita claramente as razões de tal mudança⁴.

A coordenação da ATES foi compartilhada entre duas unidades básicas: a Coordenação Nacional, através da Divisão de Desenvolvimento dos Assentamentos, e a Coordenação Estadual, através das superintendências regionais⁵ do INCRA. Como instância de gestão participativa, a ATES previu a realização de fóruns regionais e nacionais, de caráter consultivo e com participação paritária entre governo e sociedade civil, dentro do contexto da descentralização do poder decisório.⁶

Em nível de acompanhamento para o auxílio no processo de planejamento e gestão, a ATES previu uma equipe de articuladores; para a execução, contratos e convênios com as equipes técnicas (ver tabela 1).

Tabela 1 – Tipos de Instrumentos firmados com as prestadoras de serviços de ATES

Tipo de instrumento	Firmados	Famílias	Famílias PDA	Famílias PRA
Convênios e Parcerias*	47	181.060	55.253	32.489
Contratos	72	79.288	12.454	16.227
Total	119	260.348	67.707	48.716

Fonte: INCRA (2010).

* Somente 01 parceria

⁴ Processa-se assim uma mudança conceitual do serviço prestado: de “assistência técnica” para “assessoria técnica”, denotando uma percepção de que assessoria é um processo muito mais complexo que assistência técnica. A primeira designação valoriza um modelo de Extensão Rural relacionado com levar tecnologias externas ao agricultor, associado à idéia de pacote tecnológico. A segunda ressalta a necessidade da construção de “relações horizontais e menos hierárquicas entre os atores”, uma “visão mais holística do processo de intervenção social”, a construção de “processos duradouros e contínuos de interação”.

⁵ Na maioria dos estados existe apenas uma superintendência do INCRA. No entanto, em alguns, como é o caso do Pará e do Amazonas, existem mais de uma, sendo estas divididas por regiões.

⁶ Embora esta seja uma das premissas, tanto da ATER quando da ATES, não foi encontrado no manual operacional das duas políticas referências claras deste processo, do como fazer e quais os objetivos. No caso do RS, foi previsto a realização dos Conselhos Regionais (em cada NO) e do Conselho Estadual, que foi convocado pelo INCRA quando necessário, de acordo com o projeto básico de ATES do RS (INCRA, 2008).

Aos articuladores coube a tarefa de dar suporte às equipes técnicas dos NOs, auxiliando no planejamento e execução das ações de ATES. As equipes técnicas dos NOs tiveram como função elaborar e acompanhar a implementação dos Projetos de Exploração Anual (PEA), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA), que orientaram as ações de extensão rural.

Através deste formato foi reeditado, com a ATES, o caráter descentralizador de implantação de políticas públicas, na qual é atribuído ao Estado o papel de fiscalização, coordenação e acompanhamento, e às equipes técnicas e de articulação, o papel de execução.

As diretrizes da nova política de ATES para os assentamentos da reforma agrária desafiaram a institucionalidade tradicional do governo por dois fatores centrais. O primeiro devido à reedição do modelo descentralizador de gestão, no qual foi incumbido aos beneficiários e às prestadoras de ATES o papel de pensar a política como um processo contínuo e duradouro, em que pudesse se aproximar paulatinamente das demandas e exigências locais, desenvolvendo e ampliando a sustentabilidade dos assentamentos com autonomia. O segundo por exigir do próprio governo uma postura de coordenador, fiscalizador e de monitoria da ATES, analisando e avaliando constantemente os produtos gerados e as ações desenvolvidas, a fim de aprimorar as metas e objetivos propostos. Dois papéis distintos que exigem ampla sintonia para a plena condição de implementação da política de ATES.

Desta forma, o processo que foi concretizado com a ATES buscou inovar ao definir claramente que o público beneficiário são os assentados de reforma agrária. Também abriu um importante campo de atuação profissional para técnicos politicamente mais próximos à reforma agrária e recuperou (e sistematizou), ao menos teoricamente, uma visão sobre os processos de assistência técnica e Extensão Rural. O processo priorizou as questões ambiental e social e oxigenou o debate sobre o papel do Estado no apoio aos agricultores assentados, intervindo nos interesses corporativos das prestadoras de assistência técnica através de diretrizes pré-determinadas, estimulando a multidisciplinaridade técnica nos contratos com as prestadoras. Dos 3.062 técnicos contratados para prestar os serviços de ATES, 2.050 possuem formação para atuar além das questões específicas da produção agrícola e foram incumbidos para atuarem na área social e/ou ambiental (Tabela 2).

Tabela 2 – Nível e tipo de formação dos técnicos da ATES

Total	Nível Médio	Nível Superior	Social/Ambiental	Agrárias
3.062	2.042	1.020	2.050	1.012

Fonte: INCRA (2010).

3.2 A organização e operacionalidade da ATES no RS

O Programa nacional de ATES no estado do RS passou a ser executado no ano de 2004, através da modalidade convênio com duas prestadoras de serviços técnicos: a EMATER e a COPTec⁷. Nesse período, as prestadoras tinham uma única meta: prestar os serviços de ATES de acordo com o estabelecido no manual operacional publicado pela norma de execução de nº 39 (INCRA, 2004).

A operacionalização da ATES no RS, através de convênios, acarretou uma série de outros problemas e críticas, entre as quais se destaca a recorrente morosidade e o atraso do pagamento pelos serviços prestados, o que prejudicou o trabalho das equipes técnicas. Uma das conseqüências deste problema foi a grande rotatividade dos técnicos nas equipes⁸. Outros problemas que também merecem ser mencionados são a dissonância entre o trabalho das prestadoras com a realidade dos assentamentos; a falta de uma orientação estadual para a execução dos serviços da ATES e a grande dificuldade em envolver os beneficiários na co-gestão da ATES, devido a não implantação dos conselhos regionais e estadual.

Para além desses aspectos, a modalidade convênio foi muito criticada pelos órgãos de controle das contas do Estado. A insuficiente transparência sobre o gasto dos recursos públicos, a carência de um sistema de controle das ações desenvolvidas pelas equipes técnicas

⁷ Anterior ao Programa da ATES no RS houve outras ações de Extensão Rural nos assentamentos de reforma agrária, podendo ser divididas em duas fases. A primeira delas foi entre os anos de 1986 a 1996, onde a EMATER e o CETAP realizaram serviços de Extensão Rural principalmente através de convênios com o governo do estado. A segunda fase ocorreu entre os anos de 1997 e 2004. Neste período, foi fundada a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec, ligada ao MST) que juntamente a EMATER atuaram no Projeto LUMIAR. Após o fim do projeto LUMIAR em 2001, os serviços técnicos destas entidades nos assentamentos só foi restabelecido em 2004 com o Programa Nacional de ATES.

⁸ Ao analisarem os serviços de assistência técnica nos assentamentos no município de Jóia, Piccin *et al.* (2009) afirmam que entre os anos de 2004 e 2006 houve a substituição de 8 extensionistas da equipe técnica da COPTec neste local. Ou seja, uma média de 2,66 técnicos por ano.

e a preocupação popular sobre as ações desenvolvidas pelo INCRA foram os argumentos que sustentaram a necessidade de alteração da modalidade usada para operacionalizar a ATES.

Na busca da superação destas e de outras limitações, a Superintendência do INCRA no RS alterou, em 2008, a forma jurídica da contratação dos serviços de ATES para a modalidade contrato. Segundo o projeto básico da ATES, elaborado em 2008 (INCRA SR11/RS, 2008), esta alteração buscou: a) atender às reivindicações dos assentados ao estabelecer metas para a execução da ATES condizentes com as demandas apontadas pelas regiões; b) atender às demandas das prestadoras como, por exemplo, o fim do atraso no pagamento do serviço ocorrido durante a execução da ATES pela modalidade convênio, fato que prejudicava a continuidade das ações nos assentamentos; c) atender às demandas legais do INCRA, no que diz respeito à qualificação e mensuração dos produtos da ATES, bem como o atendimento à legislação que rege a execução do recurso público.

Para organizar a execução dos serviços, os assentamentos do RS foram agrupados regionalmente, formando Núcleos Operacionais (NOs). Para a formação dos NOs apresentados na Figura 1 e na Tabela 3, o INCRA-RS elaborou um dispositivo matemático, onde considerou quatro fatores: a) a quantidade de famílias por município; b) a distância entre os municípios, não ultrapassando 200 km entre os assentamentos de cada NO; c) as especificidades de cada região, como as características de clima e relevo; e d) o desenvolvimento das ações de crédito.

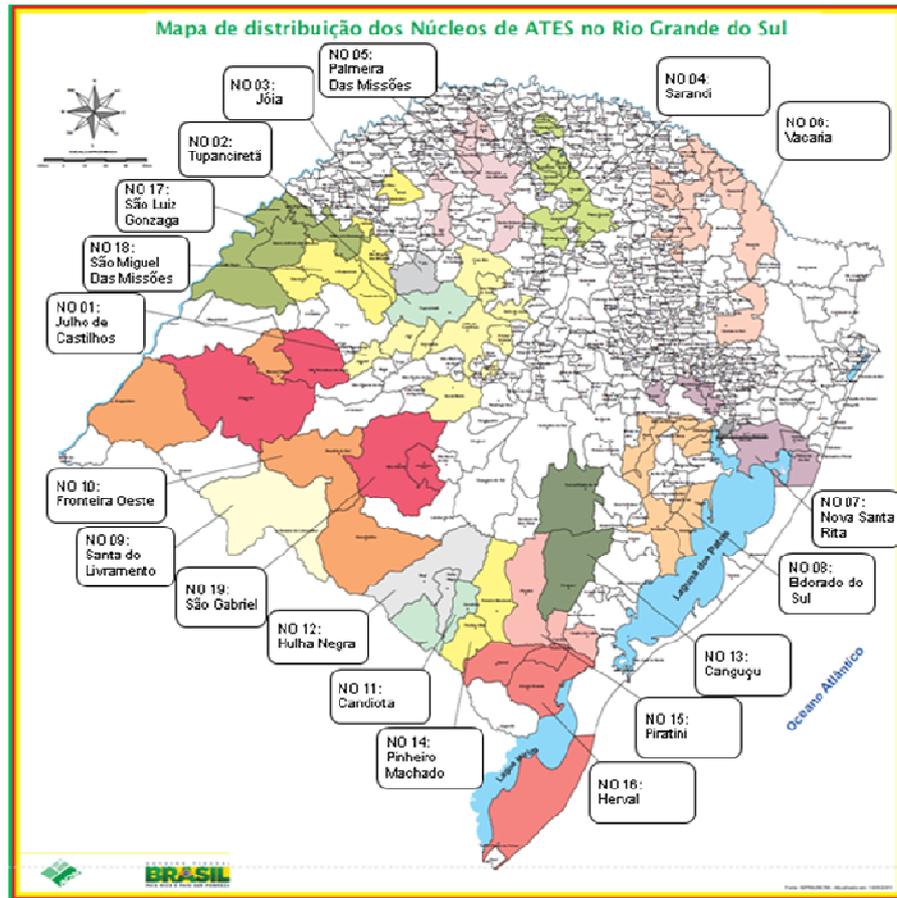


Figura 1 – Mapa do RS com a divisão territorial dos NOs da ATEs

Fonte: adaptado e atualizado pelos autores a partir do Projeto Básico da ATEs (INCRA SR 11/RS, 2008).

A partir desse processo, foram habilitadas três prestadoras para prestar os serviços de ATEs no RS: COPTEC, para nove Núcleos⁹, a EMATER-RS, também para nove Núcleos, e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) para um núcleo operacional, totalizando a contratação de 132 técnicos para atender a 11.011 famílias, distribuídas em 303 assentamentos em 87 municípios do estado, conforme apresentado na Tabela 3¹⁰. Dos 19 NOs, apenas três são compostos por um único município, por possuírem um grande número de famílias assentadas. Os demais núcleos foram compostos por mais de um município, sendo o maior deles o de Vacaria¹¹.

⁹ Deve ser considerado que o nono núcleo operacional atendido pela COPTEC só passou a fazer parte do Programa da ATEs no ano de 2010, com a criação dos assentamentos no município de São Gabriel.

¹⁰ A relação dos municípios em cada NO pode ser observado no Anexo A.

¹¹ Contudo, Vacaria é o NO com o menor número de famílias, devido principalmente aos fatores distância e número de famílias por assentamento.

Tabela 3 – Divisão dos NOs de ATES no estado do RS, características de cada Núcleo Operacional quanto a abrangência de famílias, Municípios, Projetos de Assentamento (PAs), prestadoras executoras dos trabalhos e número de técnicos.

Nº	Núcleo Operacional	Prestadora	Nº de Municípios	Nº de PA's	Nº de Famílias	Nº de Técnicos
1	Julio de Castilhos	EMATER	8	17	611	7
2	Tupanciretã	COPEC	1	17	642	8
3	Jóia	EMATER	1	8	651	8
4	Sarandi	EMATER	8	11	313	4
5	Palmeira das Missões	EMATER	8	13	352	4
6	Vacaria	CETAP	9	11	318	4
7	Nova Santa Rita	COPEC	6	9	391	5
8	Eldorado do Sul	COPEC	8	15	525	6
9	Santana do Livramento	COPEC	1	30	957	11
10	Fronteira Oeste	EMATER	6	8	406	5
11	Candiota	COPEC	2	30	872	10
12	Hulha Negra	EMATER	2	24	827	10
13	Canguçu	EMATER	2	22	660	8
14	Pinheiro Machado	COPEC	2	12	440	5
15	Piratini	EMATER	3	17	544	7
16	Herval	EMATER	4	16	578	7
17	São Luiz Gonzaga	COPEC	5	15	402	5
18	São Miguel das Missões	COPEC	6	16	710	8
19	São Gabriel	COPEC	5	12	812	10
TOTAL GERAL		3	87	303	11.011	132

Fonte: adaptado e atualizado pelos autores a partir do Projeto Básico da ATES (INCRA SR 11/RS, 2008, 2011).

A execução da ATES no RS ficou sobre a responsabilidade das equipes técnicas nos núcleos operacionais (NOs) das prestadoras contratadas (ver Tabela 3) – operando segundo as normas nacionais previstas no Manual Operacional de 2008.

A coordenação geral da ATES foi desempenhada pela Divisão de Desenvolvimento do INCRA-RS, que designou um técnico para coordenar esta tarefa, auxiliado por outros em dedicação parcial. Esses profissionais tiveram a responsabilidade de acompanhar a execução da ATES nos NOs, de acordo com as ações estabelecidas no contrato, e também de avaliar, monitorar e fiscalizar os serviços desenvolvidos pelas equipes técnicas, bem como avaliar os produtos contratados, a exemplo dos PDAs e PRAs.

Ao optar pelo contrato como forma jurídica de relação com as prestadoras, o INCRA passou a coordenar muito mais a execução do serviço de ATES, definindo o papel de cada instituição e criando as condições para a avaliação da execução e dos produtos gerados. No

regramento da execução dos serviços a partir dos contratos, as ações de ATES foram divididas em cinco modalidades, objetivando contemplar a esfera ambiental, social, produtiva e a elaboração dos Planos de Recuperação e Desenvolvimento dos Assentamentos.

Para a elaboração dos PDAs e PRAs, o INCRA estabeleceu que as equipes técnicas adotassem procedimentos participativos. Em relação aos planos, o elemento principal de diferenciação foi o período de criação dos assentamentos e o número total de planos, como pode ser visto no Quadro 1¹².

	Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA)	Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA)
Objetivos	Apontar estratégias iniciais para a construção da viabilidade econômica e da soberania alimentar e nutricional das famílias assentadas em projetos de assentamento novos (INCRA, 2008, p. 110).	Apontar estratégias iniciais para a construção da viabilidade econômica e da soberania alimentar e nutricional das famílias assentadas em projetos de assentamento criados antes de 2003 ou que se encontram em estágios de estruturação ou em consolidação, revisando Planos de Desenvolvimento existentes e apontando novas estratégias de desenvolvimento. (INCRA, 2008, p. 117).
Quantidade	23 assentamentos	262 assentamentos

Quadro 01 – Objetivos, valores, e quantidade de PDAs e PRAs no RS.

Fonte: adaptado e atualizado pelos autores a partir do Projeto Básico da ATES (INCRA SR 11/RS, 2008).

Na esfera produtiva, os princípios gerais do INCRA estimulam a adoção, pelas equipes técnicas, dos preceitos do desenvolvimento rural sustentável, da economia popular e solidária, da agroecologia na orientação dos processos produtivos, da adequação das técnicas produtivas às características regionais e da promoção de trocas de experiências entre agricultores.

Na área social o INCRA estabeleceu um leque de ações específicas, entre as quais são citadas as ações sobre a documentação da família, a redução da pobreza, o estímulo à compreensão dos direitos especiais da criança do idoso e dos jovens, o estímulo às boas práticas alimentares, o saneamento básico, lazer, educação e a organização social.

Em relação às ações da esfera ambiental, o INCRA estabeleceu a priorização de espaços de capacitação, objetivando a conscientização dos assentados acerca dos problemas

¹² Diferenciando-se, também, o valor por família repassado pelo INCRA às prestadoras: R\$ 240,00/ família para PDA e R\$ 120,00/ família para PRA.

ambientais apontados nas Licenças de Operação e Instalação dos assentamentos (LIOs). Neste âmbito destaca-se também a exigência para que as equipes técnicas mantivessem, de forma permanente, um engenheiro agrônomo responsável pela área ambiental em cada núcleo operacional. Entre as principais tarefas delegadas para este profissional, destaca-se o licenciamento ambiental de atividades produtivas nos lotes, o manejo dos recursos naturais, além de promover o controle, monitoramento e uso dos recursos naturais nos assentamentos.

Em relação às ações de Integração de Políticas Públicas e Programas do INCRA, foi estabelecido para ATES as funções de auxiliar no controle da documentação e identificação das famílias assentadas; acompanhar as atividades de campo do INCRA, bem como das demais entidades conveniadas; executar e orientar a aplicação dos créditos de acordo com os planos de desenvolvimento e recuperação dos assentamentos; e potencializar o Programa Terra Sol, sensibilizando os assentados para a importância do processamento dos alimentos em busca da agregação de valor e renda para as famílias.

Na execução destas orientações o INCRA determinou que os serviços da ATES se desenvolveriam em quatro frentes de trabalho, distribuídas da seguinte forma:

- a) serviços de elaboração dos PDAs e PRA;
- b) duas visitas técnicas anuais para cada família;
- c) ações coletivas de modo a contemplar as atividades na esfera ambiental, produtiva e social;
- d) atividades não previsíveis e complementares (destinadas para as ações de organização e planejamento interno das equipes técnicas, bem como para a articulação territorial).

O apoio às equipes executoras é dado, principalmente, pela equipe de articuladores. Com o objetivo de cumprir essa prerrogativa e qualificar o Programa da ATES, o INCRA-RS firmou, em janeiro 2009, com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), um termo de cooperação técnica denominado de “Programa de Acompanhamento, Planejamento e Articulação das Ações de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES”¹³. Este Programa permitiu a constituição de uma equipe de quatro profissionais, os quais desempenham o papel de articuladores, distribuídos em quatro regiões: região 01 com os NOs de Vacaria, Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Canguçu e Piratini; região 02 com os NOs de Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado e Herval; região 03 com os NOs de São Luiz Gonzaga, São Miguel

¹³ Este termo de cooperação tem validade de 3 anos, sendo necessário sua renovação caso ocorra interesse por ambas as partes: INCRA e UFSM.

das Missões, Fronteira Oeste e Santa do Livramento; e região 04 com os NOs de Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Jóia, Palmeira das Missões e Sarandi.

Paralelamente aos contratos da ATES firmados a partir de 2009, o INCRA conveniou outros projetos com o objetivo de dar suporte ao processo de desenvolvimento dos assentamentos do RS. Os objetivos destes convênios foram a capacitação produtiva dos assentamentos, o apoio ao processo de agroindustrialização e a qualificação da produção leiteira.

Entre eles está o Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica para o Desenvolvimento da Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal em Assentamentos do RS (SOMAR). É um projeto de parceria entre o INCRA e a UFSM no âmbito das ações desenvolvidas pelo INCRA no Programa Terra Sol. Suas atividades tiveram início no ano de 2009, tendo duração até março de 2012.

Outro convênio é o Programa Leite Sul. Firmado entre INCRA e COPTEC, sua primeira versão foi de 2006 a 2008. A segunda iniciou em 2009 e irá até março de 2012. O convênio Leite Sul tem por objetivo fomentar, através de ações de assessoria técnica e capacitação dos agricultores, o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite nas áreas de reforma agrária. Tal Programa adota, como modelo tecnológico, o Sistema de Pastoreio Racional Voisin (PRV), e nesta perspectiva, parte significativa de suas ações tem sido de elaborar e implantar projetos de PRV em unidades produtivas familiares e coletivas.

Com o foco no desenvolvimento de ações para qualificar as práticas produtivas das famílias assentadas pela reforma agrária o INCRA firmou em 2003 com a Fundação de Apoio à Pesquisa Edmundo Gastal (Fapeg) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) o Projeto “Desenvolvimento Sustentável da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul”. Também na sua segunda edição (2009/2011), tem por objetivo principal a transferência de tecnologias e capacitação de assentados(as) e de técnicos que atuam na ATES.

Observa-se que a ATES no RS buscou um modelo de organização que permitiu a interação efetiva entre o contexto estadual e realidade local, os sonhos e objetivos das famílias assentadas e as diretrizes do INCRA, a dinâmica organizativa das equipes técnicas e a dos assentamentos, entre Universidade e as entidades que atuam na reforma agrária. Contudo, esta interação deve ser entendida como um processo de construção, que não se dá de forma tranqüila e nem perfeita. São vários os desafios que esta experiência deve enfrentar, como no caso do processo de Avaliação e Monitoramento dos serviços de ATES.

4 A ATES NO RS E A DINÂMICA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Este capítulo divide-se em duas seções. A primeira destaca as normas e procedimentos determinados pelo INCRA para a realização do processo de Avaliação e Monitoramento da ATES. A segunda retrata o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS, apresentando os objetivos e as metodologias adotadas, os instrumentos de coleta de dados e a dinâmica operativa e estrutural envolvida.

4.1 Normas e procedimentos nacionais para o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES

Entre as orientações feitas pela normativa nacional da ATES está o processo de Avaliação e Monitoramento que é definido como sendo,

a coleta e análise sistemática e contínua de informações sobre o progresso de uma tarefa ao longo do tempo, para identificar os pontos fracos e fortes e para fornecer, aos responsáveis pela tarefa, informações suficientes para tomar as decisões corretas no momento correto, de modo a aprimorar a qualidade do trabalho (GOSLING, 1995, p. 110, apud INCRA, 2004, p. 53).

Neste sentido, este documento determina que a Avaliação e Monitoramento da ATES deve ocorrer por meio de observação, registro e análise da documentação referente ao andamento das atividades de extensão rural nos assentamentos e deve ter por objetivo “decidir sobre as adaptações necessárias à execução adequada das ações previstas em cada instrumento firmado, envolvendo todos os atores do Programa, entre eles o INCRA, os articuladores, as prestadoras e o público-alvo (os assentados e suas organizações)” (INCRA 2008, p. 53). Ainda, afirma que o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES deve promover um banco de dados para embasar continuamente a adaptação do planejamento e a implantação das ações nos assentamentos; deve servir aos técnicos e às famílias assentadas como instrumento para verificação constante do trabalho e de seus resultados; bem como, tem importante função

institucional para o INCRA, no sentido de verificar o cumprimento das metas contratadas e promover informações confiáveis sobre suas atividades “finalísticas”.

Para as diretrizes da ATES, o processo avaliativo deve ser mais constante que o processo de monitoramento, permitido corrigir rumos assim que for preciso. Deve fazer parte da pauta das reuniões nos assentamentos, das reuniões dos conselhos de ATES, dos articuladores e das prestadoras. Recomenda-se utilizar para isto as informações apontadas pelo processo de monitoramento.

No acaso específico do monitoramento, o manual operacional da ATES (2008) determina dois tipos: monitoramento de Processo e de Resultados.

a) **Monitoramento de Processo:** contempla um conjunto de procedimentos com a finalidade de acompanhar de forma sistemática as ações de Extensão Rural nos assentamentos. Registra a evolução do trabalho de ATES, verificando essencialmente os seguintes fatores:

- as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, com adoção de medidas necessárias à regularização das falhas observadas;
- a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos de acordo com a legislação aplicável;
- a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme cronograma;
- o cumprimento das metas por parte das entidades prestadoras;
- aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços prestados pelas entidades no que diz respeito a sua metodologia de trabalho, atribuições inerentes aos Núcleos Operacionais descritas no manual operacional da ATES e outros aspectos relacionados às particularidades das Superintendências do INCRA.

É expresso neste documento que o monitoramento de processo seja coordenado pelas Superintendências Regionais do INCRA, com a participação dos técnicos de campo e articuladores de ATES.

Buscando detalhar este monitoramento, o Manual Operacional da ATES apresenta uma proposta com um fluxo de atividades, destacando os responsáveis por cada etapa e os produtos gerados nas respectivas fases, como pode ser observado no Quadro 2.

FLUXO DO MONITORAMENTO DE PROCESSO		
Atividade	Responsável e participantes	Instrumento sugerido/produto resultante
Análise e sistematização de dados resultantes da “Qualificação da Demanda”	SR - Equipe de Coordenação e Supervisão do Programa de ATES	Banco de Dados/planilhas com informações sobre os PAs
Análise e sistematização de dados dos Termos de Referência, Planos de Trabalho (convênios ou Termos de Parceria) e Projetos Básicos (contratos)	SR - Equipe de Coordenação e Supervisão do Programa de ATES e organizações dos assentados	Banco de Dados/planilhas com incorporação de informações sobre os Contratos, Convênios e/ou Termos de Parceria firmados
Oficina de Planejamento (e avaliação)	Equipe de ATES da SRs, Articuladores, Entidades Prestadoras, representações de assentados	Banco de Dados/planilhas preenchido com complementação de informações sobre os PA e os Convênios; Contratos e Termos de Parceria firmados
Elaboração de Relatórios trimestrais	Prestadoras de Serviços de ATES	Relatórios trimestrais/Entidade Prestadora
Análise dos Relatórios das Prestadoras e Elaboração de seus Relatórios	Articuladores	Relatórios trimestrais/Entidade Articuladora
Análise dos relatórios das entidades prestadoras e articuladoras	SR - Equipe de Coordenação e Supervisão do Programa de ATES das SRs/ Técnicos da Superintendência Regional do INCRA	1) Relatórios Trimestrais, Semestrais e Anuais/SR 2) Atualização sistemática do Banco de Dados/planilhas 3) Atualização do SIPRA – ATES
Apresentação dos relatórios semestrais/anuais aos Fóruns Estaduais e envios ao INCRA Sede	SR - Asseguradores e Equipe de ATES da SRs	1) Envio dos Relatórios Semestrais/Anuais por SR incorporando informações pertinentes da discussão nos Fóruns.
Elaboração de relatórios semestrais e anuais nacionais	INCRA Sede - Equipe de ATES	1) Relatórios semestrais e anuais nacionais 2) Atualização e checagem sistemática do Banco de Dados (ou Planilhas ¹)

Quadro 2 – Fluxograma do monitoramento de processo de ATES.

Fonte: Manual Operacional da ATES (INCRA, 2008).

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 2, o monitoramento de processo pode ser dividido em três fases: a) análise da demanda e dos termos de referência que balizam o trabalho da ATES; b) oficinas regionais de planejamento e avaliação; c) elaboração e análise de relatórios de execução. Observa-se que esta orientação restringe-se em monitorar o funcionamento operacional do Programa da ATES, sem exigir informações detalhadas dos resultados das ações técnicas nos assentamentos, sendo mais genérico, com foco principal nos processos organizativos e políticos.

b) **Monitoramento de Resultado:** procedimentos adotados para verificar periodicamente o trabalho da ATES, a fim de avaliar os resultados no desenvolvimento

sustentável dos assentamentos. Busca correlacionar o trabalho com as dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e político-institucionais.

c)

Este processo de monitoramento visa aferir os resultados finalísticos do Programa e das atividades de ATES, a partir de algumas dimensões e indicadores apresentados no presente Manual, aos quais poderão ser agregadas novas dimensões e/ou indicadores que se mostrarem necessários com o decorrer do tempo. (INCRA, 2008, p. 56).

O Manual Operacional da ATES afirma que o Monitoramento de Resultado pode ser executado por pessoas ou entidades não envolvidas diretamente com o Programa, por meio de contratações/convênios ou outros instrumentos específicos.

A seguir, demonstra-se o Quadro 3 com as etapas de implantação do monitoramento de resultados.

ETAPA	DETALHAMENTO DA ETAPA
Definição dos Objetivos de Monitoramento de Resultados	Identificação e definição dos diferentes parceiros e grupos envolvidos ao nível do Programa para participar no monitoramento, bem como as intenções e objetivos do monitoramento.
Identificação das Dimensões dos resultados	Identificação das dimensões iniciais do monitoramento de resultados. Novas dimensões porventura necessárias serão estabelecidas posteriormente, em comum acordo com as SRs e as prestadoras dos serviços de ATES.
Desenvolvimento dos indicadores	À exemplo das dimensões, estão relacionados no Manual Operacional da ATES um conjunto de indicadores que farão parte deste processo. Novos indicadores porventura inseridos serão resultado das necessidades futuras e negociados com as SRs e prestadoras. É importante examinar informações já obtidas com o monitoramento de processos para não coletar dados já obtidos.
Definição de Instrumentos para Levantamento de Informações e Realização da Coleta de Dados	Temos como ponto de partida instrumentos de coleta e atualização de dados (relatórios e banco de dados) que serão discutidos em conjunto com as SRs e prestadoras e disponibilizados no site do INCRA. No seguimento do processo serão construídos e consensuados outros instrumentos para tratamento de dados e informações mais complexos, tais como a renda média das famílias.
Avaliação e utilização das Informações	O processo de monitoramento sempre tem a intenção de ajustar, com base nas informações novas, a atuação do Programa ou das instituições. Este passo é muito importante porque isso acontece através da avaliação das informações levantadas, repassadas e relacionadas. A atuação do Programa é adaptada, quando necessário com base nas conclusões obtidas. Neste momento deve-se estabelecer quando, como e por quem as informações vão ser analisadas e onde vão ser valorizadas para tomar decisões sobre possíveis ajustes.

Quadro 3 – Etapas de implantação do Monitoramento de Resultados.

Fonte: Manual Operacional da ATES (INCRA, 2008, p. 56).

A partir do Manual Operacional da ATES, o qual afirma que as ações de avaliação e de monitoramento poderão ser adaptadas às dimensões regionais, avalia-se que as determinações e roteiros propostos para o processo de monitoramento têm como objetivo fornecer uma espécie de “guia”, ao contrário de serem compreendidas como uma “camisa de força”. Ao observar estas e outras orientações, foi implementado no RS um processo de Avaliação e Monitoramento para possibilitar maior gerenciamento dos serviços prestados nos assentamentos.

4.2 Os instrumentos e metodologias de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS

Através das orientações e normativas estabelecidas pela Lei n. 8.666/93 (lei das licitações), pelo Manual Operacional e pela Controladoria Jurídica da União (CJU), a ATES no RS organizou um processo de Avaliação e Monitoramento que atuou de diferentes formas, objetivando abranger a execução de todas as ações realizadas pelas equipes técnicas nos NOs. Ao analisar este processo, pode-se identificar a existência de três instrumentos distintos de Avaliação e Monitoramento: a) O Sistema de Acompanhamento e Monitoramento da ATES (SAMA); b) A fiscalização *in loco* das ações realizadas pelas equipes técnicas nos NOs, através de entrevistas aos beneficiários e conferência de documentação nos escritórios das equipes; c) A Avaliação da ATES através do Conselho Regional e Estadual.

A) Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (SAMA)

A mudança na forma de contratar as prestadoras da ATES no RS, ocorrida em 2008 buscou, entre outros objetivos, promover um maior controle do INCRA sobre as ações prestadas pelas equipes técnicas. Neste cenário, o INCRA passou a exigir que todas as ações dos técnicos de ATES fossem devidamente registradas, com descrição detalhada dos objetivos e resultados, com assinatura dos beneficiários e registro fotográfico. Para isto, foram disponibilizadas duas fichas de campo, uma para as visitas técnicas individuais e a outra para as ações de cunho coletivo (ver Anexo B e C). Afim de evitar à necessidade de remeter à Superintendência do INCRA todas as fichas preenchidas a campo e com o objetivo de facilitar o acompanhamento e monitoramento das ações que estavam sendo desenvolvidas pelos

técnicos da ATES, foi criado um sistema informatizado, denominado de Sistema de Acompanhamento e Monitoramento da ATES (SAMA). Mensalmente, os técnicos de ATES (através de acesso individual e com senha) tinham a tarefa de digitalizar no SAMA (ver Figura 2) todas as informações das fichas de campo, que posteriormente seriam arquivadas nos escritórios dos NOs para futuras conferências.

Figura 2 – Endereço eletrônico do SAMA destinado ao lançamento das ações de ATES pelos técnicos.

Fonte: http://www.wapwapw.com/terrainsra/Sama_Atualiza/Sama_Mostra_Edit.php.

Como pode ser observado na Figura 2, ao fazerem algum tipo de lançamento no SAMA, os técnicos tinham que selecionar no portal eletrônico o tipo de ação realizada, o projeto de assentamento beneficiado, a meta realizada, o tema, a data e a descrição da ação, sintetizada em até 255 caracteres.

Deste modo, tanto os técnicos da ATES quanto a equipe de articuladores e a coordenação da ATES, puderam realizar consultas e verificações periódicas a todas as ações que foram desenvolvidas em qualquer assentamento no estado, através do endereço eletrônico do SAMA, demonstrado na Figura 3.

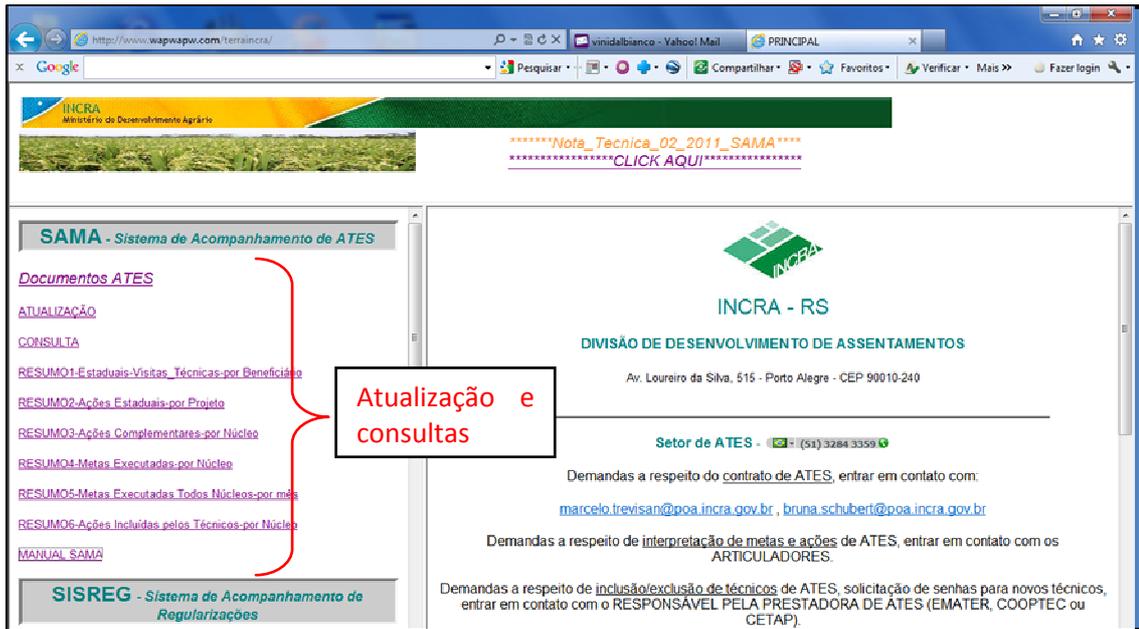


Figura 3 – Seção do endereço eletrônico principal do SAMA, no qual foi feito inserções e consultas sobre as ações de ATEs.

Fonte: <http://www.wapwapw.com/terraincra/>.

Como pode ser observado no destaque da Figura 3, o SAMA permitiu realizar a consulta de todos os documentos da ATEs (notas técnicas, formulários, comunicados, etc.); realizar lançamentos das ações de campo (no *link* “atualização”); realizar consultas a todas as atividades lançadas e acessar os resumos completos de todas as ações realizadas pelas equipes técnicas.

De forma objetiva, o SAMA foi utilizado para revelar parâmetros quantitativos de ATEs em três situações:

- i) Pelos articuladores, prestadoras e equipes técnicas, objetivando acompanhar de forma sistemática todas as ações que foram realizadas, a fim de organizar o planejamento regional, para não haver falhas no cumprimento das ações estabelecidas contratualmente;
- ii) Pela coordenação estadual da ATEs, para contabilizar mensalmente o número de ações realizadas, com o objetivo de efetuar o pagamento às prestadoras pela assessoria realizada. Através de um relatório quantitativo do SAMA, a coordenação estadual da ATEs contabilizou o número de ações realizadas e efetuou o pagamento proporcional a todas as equipes de ATEs (ver Tabela 4). Deste modo, foi feita a conferência quantitativa do número de atividades realizadas, tendo como parâmetro o contrato firmado no início de cada ano. Ou

seja, a diferença entre o que foi contratado e os relatórios do SAMA, compuseram mensalmente o desconto a ser feito no pagamento das equipes de ATES;

Tabela 4 – Número total de ações individuais e coletivas realizadas pelos técnicos da ATES durante o ano de 2009, 2010 e 2011 (até 30 de maio) extraídos do SAMA.

TIPO DE AÇÃO	2009	2010	2011	Total
Individual	23.575	23.141	6.105	52.821
Coletiva	10.882	10.461	2.242	23.586

iii) O SAMA também serviu para os asseguradores dos contratos de ATES, contribuindo para a organização da fiscalização *in loco*, pois forneceu os locais nos NOs onde as ações da ATES já tinham sido realizadas.

B) Fiscalização *in loco* das ações realizadas pelas equipes técnicas dos NOs

O INCRA realizou um processo de fiscalização dos serviços de ATES *in loco* adicionalmente ao processo de conferência quantitativa do SAMA. Com o apoio de uma equipe de 11 servidores (denominados pelo INCRA de asseguradores dos contratos de ATES), foi realizada mensalmente nos NOs uma conferência das declarações postadas no SAMA. Através de entrevistas feitas com as famílias assentadas¹⁴ e da verificação da documentação nos escritórios das equipes técnicas, foram formulados relatórios que serviram de apoio e referência ao ser efetuado o pagamento às equipes técnicas.

Segundo as orientações da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União e da Coordenação Nacional de ATES, cada Superintendência do INCRA deveria entrevistar anualmente 8% das famílias beneficiadas pelo Programa da ATES. No caso do RS, este universo correspondeu a 746 famílias, distribuídas proporcionalmente em todos os NOs (ver Tabela 5).

¹⁴ Estas entrevistas foram feitas a partir de um questionário, formulado pelo INCRA com o apoio dos articuladores (ver Anexo D).

Tabela 5 – Número total de famílias entrevistadas pelo INCRA anualmente em cada NO

NO	Nº total de famílias	Nº total da amostra
Julio de Castilhos	611	42
Tupanciretã	642	44
Jóia	651	44
Sarandi	313	22
Palmeira das Missões	352	24
Vacaria	318	22
Nova Santa Rita	391	26
Eldorado do Sul	525	36
Santana do Livramento	957	64
Fronteira Oeste	406	28
Candiota	872	58
Hulha Negra	827	56
Canguçu	660	44
Pinheiro Machado	440	30
Piratini	544	36
Herval	578	40
São Luiz Gonzaga	402	28
São Miguel das Missões	710	48
São Gabriel	812	54
TOTAL	11.011	746

As famílias entrevistadas foram escolhidas a partir de sorteio aleatório entre aquelas que já haviam recebido os serviços de ATES. Ou seja, a partir dos extratos do SAMA, foram selecionadas famílias que de alguma forma participaram de atividades realizadas pela equipe técnica, ou que já haviam recebido visita técnica no seu lote durante o ano vigente.

C) Avaliação da ATES através do Conselho Regional e Estadual

Com o objetivo de promover a participação social dos assentados na ATES no RS, foram criadas duas instâncias de participação, ambas de caráter consultivo: os Conselhos Regionais (um em cada NO) e o Conselho Estadual de ATES. Os Conselhos Regionais da ATES tiveram como função discutir as ações realizadas pela ATES, a fim de avaliar e planejar as ações futuras. Estes Conselhos são compostos, em todos os NOs, por um representante do INCRA, um representante da prestadora do NO e um representante de cada

assentamento.¹⁵ Já o Conselho Estadual é formado por representantes do governo federal, do governo estadual, universidades, entidades e órgãos de pesquisa em desenvolvimento rural sustentável e de representações sociais, tendo por objetivo aperfeiçoar as diretrizes e as ações do Programa. Foi de responsabilidade do INCRA a convocação tanto dos Conselhos Regionais quanto do Conselho Estadual. No caso do Conselho Estadual, não foi prevista uma periodicidade para as reuniões, cabendo ao INCRA convocar os conselheiros sempre que necessário.

¹⁵ No contrato da ATES de 2009, foi prevista a realização de um conselho regional por NO, a cada dois meses. No entanto, devido a inúmeros problemas operacionais que ocasionaram o não cumprimento desta meta, para 2010, foi prevista a realização de um conselho regional a cada quatro meses e em 2011, uma por semestre. Em 2011, a primeira reunião esta prevista para o mês de julho.

5 ANÁLISE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA ATES NO RS

Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção analisa o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS, sua organização e efeito sobre a qualificação do Programa. A segunda seção elucida fatores relacionados a qualificação da ATES.

5.1 Avaliação e Monitoramento da ATES: dos resultados quantitativos a construção de referenciais qualitativos

Ao elaborarem referências para a construção de indicadores e parâmetros de Avaliação e Monitoramento de ATER, Bergamasco *et al.* (2010) afirmam que há de se criar uma nova cultura avaliativa que ultrapasse os limites das chamadas “ações de incentivo negativo”, aquelas de teor vigilante, repressivo e/ou ameaçador. Para os autores, esta mudança deve promover um referencial “positivo”, afirmativo de uma ética solidária e responsável e de um compromisso profissional e cidadão com a transformação das condições de vida da população rural escolhida.

Segundo os estudos desenvolvidos pelo Instituto Cultiva (2007), neste processo evolutivo há quatro dimensões inerentes ao desenvolvimento das ações de Avaliação e Monitoramento dos serviços de extensão rural:

- A) As diretrizes da política de Extensão Rural para os agricultores familiares têm como referência a transição do paradigma produtivista para o paradigma agroecológico, provocando contradições e incertezas na ação extensionista. Esta circunstância deve ser levada em consideração nas ações de Avaliação e Monitoramento para não ocasionar apuros ou atropelos num processo transitório de longo prazo;
- B) A dimensão ambiental passa a ocupar espaço privilegiado na discussão do conjunto de práticas produtivas e não produtivas. Na prática da Extensão Rural, são cada vez mais pertinentes e necessárias as ações relacionadas com a preservação/recuperação de florestas, matas ciliares, reservas legais, cursos d'água, fauna, destinação de resíduos, etc. Neste cenário, prospera um ambiente conflituoso, exigente em ações de sensibilização, formação e

acompanhamento, nem sempre compreendido por aqueles que exigem resultados de curto prazo;

C) O desenvolvimento de Atividades não-agrícolas, embora questionadas, configura-se numa prática congruente com os princípios da agroecologia, devendo ser considerado no planejamento das ações de ATES, bem como nos processos de Avaliação e Monitoramento;

D) Existe uma dimensão política marcada na ATES por uma nova modalidade de gestão, na qual o controle social, a transparência e a prestação de contas são prioridades. Foi instaurada uma institucionalidade diferenciada a partir dos processos descentralizados de gestão e execução dos serviços públicos.

A utilização dos contratos como meio para a execução da ATES foi fruto de problemas detectados no período de vigência dos convênios, onde o pagamento às prestadoras sempre atrasava, as metas e objetivos conveniados eram genéricos, não contemplando as necessidades dos assentamentos. O INCRA não tinha formas claras de controle e acompanhamento das ações de campo, o que também chamou a atenção dos órgãos de controle da União.

Através dos contratos efetivados a partir do mês de janeiro de 2009, o INCRA/RS contratou as prestadoras da ATES por meio de um conjunto de metas de trabalho, com objetivos mais claros do que aqueles estabelecidos durante os convênios. Da mesma forma, foi estabelecido um conjunto de instrumentos para efetivar o processo de Avaliação e Monitoramento dos trabalhos. Contudo, a forma de construção e a maneira como foram colocados em prática gerou um ambiente conflitivo. Em tal ambiente, os demais atores da ATES passaram a visualizar as ações de Avaliação e Monitoramento como sendo de responsabilidade unicamente do Estado e como sendo de caráter punitivo, positivista, vigilante e repressivo. O conjunto das prestadoras de ATES expressou a percepção de que foi desenvolvido um processo de Avaliação e Monitoramento com o objetivo de fornecer informações para os órgãos de controle da União e não com o objetivo de qualificar o Programa, causando pouco interesse e participação destes atores. Na maioria dos casos, a intervenção da coordenação das prestadoras foi restrita aos fatores e condicionantes referentes ao pagamento mensal das faturas pelos serviços prestados.

Para esta discussão, utiliza-se como referência a realização das reuniões dos Conselhos de ATES, que na maioria dos casos foram utilizados como instrumentos de descentralização de informações do INCRA. Ainda, as dificuldades operacionais e de infraestrutura (em

especial a falta de servidores) impossibilitaram o cumprimento do cronograma estabelecido para os conselhos, conforme havia sido estabelecido no Projeto Básico da ATES, prejudicando a consolidação destes espaços como instrumento para a avaliação e qualificação do Programa.

Outro fator importante a ser observado sobre os conselhos regionais da ATES foi o esvaziamento de muitas reuniões, devido a dificuldade de deslocamento dos assentados. Na maioria dos NOs, a distância da sede aos assentamentos foi demasiadamente grande (até 100 km), o que impediu que representantes de muitos assentamentos participassem das reuniões. Alguns alegaram que o custo da passagem era elevado, além das restrições de horários e dos dias que houve transporte público (estes dois fatores foram os mais recorrentes na justificativa de ausência às reuniões). Cabe destacar que tanto no contrato da ATES de 2009 quanto no de 2010 não foi previsto orçamento para os Conselhos Regionais. Em alguns NOs, após quatro rodadas de reuniões alguns representantes dos assentamentos ainda não tinham conseguido se fazer presentes.

Outro limitante parece ser a falta de encaminhamentos dos problemas apresentados nas reuniões dos Conselhos Regionais, principalmente aqueles relacionados à infraestrutura dos assentamentos, o que provocou o esvaziamento gradativo destes espaços a ponto de inviabilizar boa parte deles.

Não raramente, a pauta dos Conselhos Regionais tratava majoritariamente de problemas não diretamente relacionados aos serviços de extensão rural, fato este também identificado nos estudos de Morais et al. (2010, p. 13): “Uma constatação recorrente foi que as reuniões dos conselhos, que tem como objetivo principal a avaliação do trabalho de ATES, acabaram revelando a insatisfação dos assentados em relação à falta de atendimento às suas necessidades imediatas”.

Como consequência dessa problemática, no contrato de 2010, a contribuição dos Conselhos Regionais ao processo de elaboração das metas da ATES ficou abaixo da expectativa. As reuniões dos Conselhos Regionais, realizadas no final de 2009 tiveram como objetivo apenas a validação e a renovação do contrato, distanciando-se do almejado pelo Manual Operacional da ATES:

Ao final de cada ano, com base nas informações obtidas no monitoramento e no processo de avaliação será realizada uma Oficina com a participação de assentados, articuladores, técnicos das prestadoras e do INCRA e demais envolvidos no Programa, visando o re-planejamento das ações a serem desenvolvidas adequadas conforme necessário para o alcance dos objetivos. (INCRA, 2008, p. 40).

A falta de clareza quanto os objetivos dos Conselhos Regionais da ATES também pode explicar a dificuldade dos conselheiros em discutir, avaliar e propor mudanças. Da mesma forma, verifica-se que os conselheiros apresentaram escasso interesse em discutir os problemas e o futuro da ATES, sendo que estes problemas podem estar desestimulando a participação dos assentados.

Tais questões reforçaram a hipótese que em 2009 e 2010 os Conselhos Regionais serviram como espaços meramente informativos, em detrimento de avaliarem e auxiliarem no planejamento futuro da ATES, o que exigiria uma discussão baseada nos dados do SAMA, nos questionários aplicados pelos asseguradores e nas informações apontadas pelos PDAs e PRAs.

Com relação às reuniões do Conselho Estadual, avalia-se que a grande rotatividade dos participantes e a pouca participação dos diferentes atores que compõem o Programa, prejudicaram as discussões relacionadas à avaliação e definição dos novos rumos para a ATES. Com exceção do próprio INCRA, dos representantes das prestadoras da ATES, da EMBRAPA e da UFSM, os demais envolvidos¹⁶ raramente se fizeram presentes.

A ATES não possui outro fórum onde seja possível problematizar os aspectos negativos, avaliar os pontos positivos e formular o planejamento futuro do Programa. Em vista disso, a pauta do Conselho Estadual sempre foi demasiadamente longa, prejudicando uma discussão mais detalhada sobre cada assunto problematizado, bem como a determinação de encaminhamentos condizentes com os problemas apontados. Ou seja, na maioria dessas reuniões as discussões não repercutiram nas ações da ATES, o que pode ter sido causado pela falta de discussão sobre os elementos e informações do processo de monitoramento, que raramente foram objeto de debate nas reuniões do Conselho Estadual.

As dificuldades operacionais e de comunicação das prestadoras da ATES com as equipes técnicas dos NOs prejudicaram a descentralização das informações e decisões tomadas no Conselho Estadual da ATES. Na maioria dos casos, esta “ponte” foi feita pelo INCRA ou pela equipe dos articuladores. Isto ocorreu frequentemente, quando as equipes nos NOs se reuniram para avaliar e planejar os serviços.¹⁷

¹⁶ Entre eles, citam-se o Convênio Leite Sul, a UFRGS, o Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores e o Departamento de Desenvolvimento Agrário do governo do estado.

¹⁷ Por possuírem as informações atualizadas sobre o Programa da ATES e serem formadas por profissionais com uma vasta experiência em extensão rural, a maior presença da coordenação estadual das prestadoras junto as equipes nos NOs, poderia ter aprimorado o Programa da ATES, principalmente no que diz respeito a qualificação dos processos metodológicos e o planejamento das ações.

Do exposto, avalia-se que foi implantada na ATES uma desconcentração administrativa, visando a racionalização das operações burocráticas e o aumento da eficiência e da quantidade dos serviços, mas não a descentralização das decisões. Com base nesses apontamentos é possível afirmar que ocorreu uma divisão clara das tarefas entre a coordenação da ATES e as estruturas responsáveis pela execução. Na relação entre INCRA/coordenação das prestadoras com as equipes técnicas/assentados, prevaleceu o sentimento de patrão-empregado, no qual quem contrata e coordenada exerce o domínio e controle das decisões.

Para um Programa que reivindica o desenvolvimento sustentável baseado nos princípios da agroecologia, há a necessidade de avançar em busca de um sistema mais democrático, horizontal e pluralista, principalmente no que tange aos espaços de tomada de decisão. Até o momento, identificou-se que o processo de avaliação da ATES ficou restrito aos objetivos que buscaram maior operacionalidade do Programa, maior eficiência no gasto público, bem como maior fluidez administrativa do órgão gestor.

Acredita-se que por trás do aparente altruísmo estatal, o qual transfere maior poder ao cidadão, está oculto o que propriamente se objetiva com o benevolente discurso em prol de uma sociedade atuante e pretensamente influente. Segundo Teixeira (2002, p. 124), na concretização de determinadas ações públicas, ainda que a descentralização dos Programas liberais coincida com bandeiras históricas dos movimentos sociais, “é preciso ressaltar que esta participação tem o significado de transferir a execução dos projetos para a sociedade”. A partir deste entendimento, Oliveira (2004) conclui que o chamado à participação pode ser entendido como uma proposta à responsabilização, ao compromisso e não ao compartilhamento do poder decisório. Segundo Bergamasco *et al.* (2010), está em curso um processo chamado de Neoinstitucionalismo Estatal onde o comportamento dos atores não é o elemento central, estando mediatizado pelas instituições e órgãos formais onde se emolduram os procedimentos operativos, as normas e os acordos de comportamento, tendo como consequência a modelagem das decisões dos atores. Neste ambiente, os atores acabam não gerando iniciativa própria, não participando dos processos avaliativos e das decisões que determinam os planejamentos futuros.

Segundo o Instituto Cultiva (2007, p. 30),

Avaliar se distingue, também, de controlar, que teria o sentido da verificação sistemática das discrepâncias entre o que se pretendia e o que foi realizado. Ao avaliar, reflete-se sobre a discrepância, possibilitando a tomada de decisão.

Finalmente, se distingue da pesquisa, que busca estabelecer conclusões. O avaliador objetiva resolver um problema específico. É possível traçar uma analogia entre a verificação e a avaliação de políticas públicas a partir da prática pedagógica. Ao verificar, o professor busca analisar os conteúdos assimilados pelo aluno; na perspectiva da avaliação, o professor procura compreender a construção do conhecimento, ou seja, o desenvolvimento de raciocínios.

Com a intenção de demonstrar as diferenças entre avaliar – através da participação popular, promovendo empoderamento e responsabilidade social – e controlar com base numa coordenação centralizada, o Instituto Cultiva (2007) aponta vários tipos e metodologias para os processos de avaliação, entre eles, a avaliação formativa e somativa (ver Quadro 4).

Descritor	Avaliação Formativa	Avaliação Somativa
Objetivo	Determinar valor ou qualidade	Determinar valor ou qualidade
Uso	Melhorar o Programa	Tomar decisões sobre o futuro do Programa ou sobre sua adoção
Público	Administradores e equipe do Programa	Administradores, consumidores ou beneficiários e órgão financiador
Quem faz	Avaliadores internos com apoio de avaliadores externos	Avaliadores externos com o apoio, em certos casos, de avaliadores internos
Principais características	Gera informações para que a equipe do Programa possa melhorá-lo	Gera informações para que a equipe do Programa possa decidir por sua continuidade ou os beneficiários por sua adoção
Foco	Quais informações são necessárias	Quais evidências são necessárias para tomar decisões
Objetivo da coleta de dados	Diagnóstico	Tomada de decisão
Medidas	Às vezes informais	Válidas e confiáveis
Frequência	Frequente	Não frequente
Tamanho da amostra	Em geral, pequena	Em geral, grande
Perguntas	O que tem funcionado? O que precisa ser melhorado? Como pode ser melhorado?	Quais foram os resultados? Quem participou? Em que condições? Com que treinamento? Quanto custou?

Quadro 4 – Diferença entre avaliação “formativa” e “somativa”.

Fonte: Instituto Cultiva (2007, p. 32).

A partir desta reflexão, avalia-se que o desenvolvimento de ações de avaliação as quais objetivam maior participação dos diferentes atores e intenção “somativa”, promove maior aprendizado coletivo e possibilita a construção de bases mais sólidas para determinadas

políticas ou Programas públicos. No caso da ATES no RS, avalia-se que há todas as possibilidades e condições para avançar neste sentido, tendo em vista que já existe a prática da realização dos conselhos e existem instrumentos consolidados de coleta de informações sobre o desenvolvimento das ações de campo. Portanto, buscar a “tomada de decisão” coletiva a partir de “evidências” com o foco no aprimoramento das ações futuras é o grande desafio da política de ATES.

5.2 Avaliação e Monitoramento: a necessidade de condições operacionais

Um dos problemas identificados no processo de Avaliação e Monitoramento do Programa da ATES no RS foi a falta de condições operacionais, organizativas e de infraestrutura, que possibilitassem a realização da coleta, a análise e a sistematização das informações, buscando desvendar não só parâmetros quantitativos, como também referências qualitativas.

Com o SAMA, analisa-se que houve aperfeiçoamento das ferramentas destinadas à sistematização e verificação do Programa da ATES; houve a redução do envio de documentos impressos ao INCRA; houve maior transparência ao Programa da ATES, de acordo com as exigências da CGU, demonstrando a localização e a quantificação dos gastos do mesmo; permitiu a criação de dispositivos como o RESUMO 4 (ver Figura 4), possibilitando conhecer o volume dos valores recebidos mensalmente por cada equipe técnica, etc.

DIRECCIONAR PARA RELATÓRIO AÇÕES ANO 2009
DIRECCIONAR PARA RELATÓRIO AÇÕES ANO 2010

NÚCLEO:

AÇÕES DE ATES POR NÚCLEO / ANO 2011
30/06/11

NÚCLEO-01

TOTAL FAMILIAS: 682
TOTAL PROJETOS: 17
TOTAL HORAS TÉCNICAS: 12206 h
CUSTO HORA TÉCNICA: R\$ 38.3759067824377

TOTAL

* As horas técnicas das METAS ESTADUAIS não executadas serão descontadas no final dos semestres (Julho '11 e Janeiro '12)

	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	1/2012	-
META DE HORAS TÉCNICAS	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	1.017,3333	12.208,0000 h
HORAS TÉCNICAS INSERIDAS	1.017,3333	1.017,3333	868,92	944,88	768,11	0	0	0	0	0	0	0	4.616,5766 h
* EXECUÇÃO DE HORAS TÉCNICAS	1.017,3333	1.017,3333	868,9200	944,8800	768,1100	-472,6200	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	4.143,9566 h
PERCENTUAL EXECUTADO DAS HORAS TÉCNICAS	100,0000%	100,0000%	85,1372%	94,5724%	90,7584%	67,8892%	38,1907%	50,9169%	45,2501%	40,7335%	37,0805%	33,9446%	-
SALDO DE HORAS TÉCNICAS	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	-
NOTA DO MÊS	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	39.041,09	R\$ 468.493,07
* PAGAMENTO	39.041,09	39.041,09	33.245,59	36.260,63	29.476,92	-18.137,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 159.028,09
PAGAMENTO NO MÊS ANTERIOR	0	39.041,09	39.041,09	33.345,59	0	0	0	0	0	0	0	0	-
PAGAMENTO CONSIDERANDO JUSTIFICATIVAS DEFERIDAS	39.041,09	39.041,09	33.345,59	36.260,63	65.737,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
PAGAMENTO CONSIDERANDO DESCONTO OU ACRÉSCIMO ADMINISTRATIVO	39.041,09	39.041,09	33.345,59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 111.427,77

Figura 04 – Demonstração do resumo 04 do SAMA, com a quantidade de horas executadas e os valores mensais pago para uma equipe técnica.

Fonte: http://www.wapwapw.com/terraincra/Sama_Resumos/RESUMO4_Metas_Executadas_Nucleos_2011.php

Para além do utilizado, o SAMA permite o acompanhamento de outras informações sobre a realidade da ATES e dos assentamentos¹⁸, que podem ser utilizados para efetivar um sistema de monitoramento tanto quantitativo, quanto qualitativo, que de subsídios para o processo de avaliação e elaboração de planejamentos consistentes com base nas informações de campo, conforme pode ser visto no Quadro 5.

¹⁸ Desta questão, tem-se que, em 2009, como parte da construção do diagnóstico dos PDAs e PRAs, as equipes técnicas da ATES tiveram que sistematizar os dados dos assentamentos em um documento chamado de “planilha resumo”. Esta planilha foi preenchida e enviada ao INCRA. Sugere-se que esta planilha seja inserida no SAMA, permitindo o acesso *on-line* dos dados de todos os assentamentos, facilitando as devidas atualizações, sistematizações e a melhoria no sistema de comunicação. Além disso, poderia ser criado no sistema um campo onde as equipes técnicas possam postar o planejamento mensal, facilitando o acompanhamento sistemático das ações que deverão ser desenvolvidas.

Ferramenta	Tema	Descrição	Nº partc.
Curso, reunião – 1 turno	Alimentação	Palestra sobre alimentação saudável, buscando a diversidade na alimentação, visando uma vida saudável, evitando determinadas doenças que são desencadeadas em função de uma alimentação não saudável.	13
Curso, reunião – 1 turno	Organização Espacial	Aproveitamento do lote onde melhor para uso de pastagens, culturas e outras alternativas como verduras.	6
Curso, reunião – 1 turno	Conservação do Solo	Conservação do solo, locação de terraços, presença do Secretário Municipal da Agricultura.	6
Curso, reunião – 1 turno	Assosiativismo	explanação sobre dados comparativos sobre ocupação de solos, levantamento de varias questões (lixo, produtividades etc...), planejamento que foi elaborado junto com os assentados, desafio de fazer um dia de campo, rede d'agua, unidade pedagogica solos	24

Quadro 5 – Informações filtradas no SAMA a partir da inserção das atividades coletivas desenvolvidas num assentamento durante os meses de fevereiro, março e abril.

Observa-se que em termos de controle quantitativo e de transparência pública, o SAMA tem se mostrado muito eficiente, mas subutilizado para fins de qualificar a ATES. O tema abordado, a ferramenta utilizada, a descrição resumida de cada ação e o número de assentados participantes em cada atividade são informações que permitem refletir e abordar aspectos qualitativos na prática da ATES. Contudo, ainda não se tem na ATES uma estrutura operacional que permita uma reflexão mais detalhada sobre a qualidade das ações desenvolvidas a partir das informações disponíveis.

Segundo Guijt (1999), os processos de Monitoramento e Avaliação exigem e dependem de recursos humanos e financeiros disponíveis, para não se ter apenas a coleta de dados, sendo necessário haver a previsão orçamentária para tal finalidade.

De posse das informações vindas dos questionários aplicados pelos seguradores dos contratos da ATES, também é possível traçar uma série de hipóteses sobre o trabalho das equipes técnicas nos NOs. Estas informações podem ser utilizadas em prol da qualificação do Programa e integrar parte das discussões da coordenação estadual da ATES, das equipes em cada NO e dos conselhos de ATES. Com o objetivo de exemplificar estas contribuições, foi realizado um exercício de síntese destes questionários, conforme pode ser observado no Quadro 6.

Informação	Hipóteses
9,5% desconhecem que o INCRA oferta um serviço público de ATEs	1 – não ficou clara a pergunta; 2 - não identifica o INCRA como proponente e financiador da ATEs e sim a prestadora de serviço; 3 – nunca recebeu algum serviços oferecido pelos técnicos da ATEs.
6,4 % desconhecem o nome da prestadora que oferta os serviços de ATEs	1 – proximidade insuficiente da prestadora com as famílias assentadas
24,4% não conhecem os técnicos responsáveis pela área social	1 – proximidade insuficiente do técnico da área social com as famílias assentadas; 2 – ainda não recebeu serviços da área social no seu lote; 3 - atendimento prioritário nestes lotes pelos técnicos da área produtiva
36,7 % não conhecem os técnicos responsáveis pela área ambiental	1 – proximidade insuficiente do técnico da área ambiental com as famílias assentadas; 2 – ainda não recebeu serviços da área ambiental no seu lote; 3 - atendimento prioritário nestes lotes pelos técnicos da área produtiva
7% declararam não terem recebido a visita do técnicos no seu lote; Daqueles que receberam 26,4% admitem que não foi útil a visita realizada pelo técnico no lote	1 – as visitas técnicas individuais aos lotes tem baixa qualidade; 2 – são genéricas, não atendem as questões pertinentes a cada caso; OBS: estes entrevistados declaram que as visitas individuais são feitas meramente para coletar assinatura (ficha de campo que será digitalizada no SAMA);
60% declararam que não foi agendando nova visita	1 – não há planejamento da ação das equipes técnicas.
25,6% não participaram de atividades coletivas, sendo que 28% destes não participaram porque não sabiam da atividade	1 – há problema de comunicação entre os técnicos e assentados; 2 – os assuntos tratados nas atividades coletivas não são de interesse dos assentados
48 % solicitaram atendimento aos técnicos, 16% não foram atendidos	1 – os técnicos não estão tendo disponibilidade para atenderem os pedidos extras às metas contratadas; 2 – o planejamento das equipes não prevê este tipo de serviço

Quadro 6 – Informações e hipóteses sistematizadas a partir do questionário aplicado pelos asseguradores dos contratos de ATEs à 453 famílias assentadas durante o ano de 2010.

Fonte: INCRA SR 11/RS (2010).

Mesmo que necessite de ajustes para se adequar aos objetivos traçados para o trabalho da ATEs, observa-se que estes questionários trouxeram informações fundamentais para a qualificação do Programa. Para fins de elucidação de informações quantitativas e para o pagamento mensal as prestadoras, foi importante a informação de que apenas 7% declararam não terem recebido a visita do técnico em seu lote. Contudo, daqueles que receberam, mais de

26% declararam que a vista não foi útil. Esta informação, com características mais qualitativas, ainda não foi usada para aprimorar o Programa da ATES.

Segundo os estudos desenvolvidos pelo Instituto Cultiva (2007, p 29)

o estabelecimento de indicadores quantitativos pode contribuir para o aprimoramento dos parâmetros de avaliação qualitativa, ou ainda, a combinação entre avaliações quantitativa e qualitativa pode gerar conhecimentos para lidar com processos complexos e contraditórios. Mais do que isso, a apropriação de métodos quantitativos pelas populações dos territórios pode repercutir favoravelmente nas avaliações qualitativas e nas práticas de controle social. Pode também favorecer uma compreensão mais ampla por parte das comunidades, representantes e atores sociais em relação aos objetivos a serem atingidos, funcionando, neste caso, como instrumento de ação pedagógica e cultural.

De acordo com os pesquisadores do Centro de Treinamento Avançado em Desenvolvimento Rural (2000), quando se esta visando as mais variadas fases de um projeto ou Programa, o processo de avaliação e monitoramento deve fazer parte do planejamento e replanejamento e assim constituir um instrumento de observação qualitativa. Segundo estes, a discussão sobre monitoramento está freqüentemente ligada com a discussão sobre avaliação e na maioria das situações, não é possível realizar avaliação sem as informações do monitoramento, fato este já destacado pelo Manual Operacional da ATES (INCRA, 2008).

Deste modo, a sistematização e análise do banco de dados que se dispõem, deve integrar os espaços da ATES, principalmente as reuniões dos Conselhos, as reuniões de planejamento das equipes nos NOs, os encontros entre as coordenações das prestadoras, INCRA e a equipe dos articuladores, e as reuniões de avaliação nos assentamentos. A pauta destes encontros poderá ter como foco estas informações, diferente do que foi pratica, onde a maioria das reuniões realizadas serviram basicamente para descentralização de notificações e comunicados.

5.3 Elementos favoráveis a qualificação do processo de Avaliação e Monitoramento da ATES no RS

Existem vários tipos de Avaliação e Monitoramento, com diferenças relacionadas ao nível da atuação e da observação, podendo se restringir aos avanços das suas atividades e dos respectivos resultados, ou podendo levar em consideração um prazo mais longo e um nível de

agregação mais alto ao observar os impactos das suas atuações (CENTRO DE TREINAMENTO..., 2007). Dialogando com o Manual Operacional da ATES e com as medidas adotadas no RS, avalia-se que é possível construir e desenvolver nesta realidade, dois tipos de monitoramento: A) O monitoramento de processo: aquele que irá medir e apontar os indicadores imediatos, após a realização das ações; B) O monitoramento de impacto ou de resultados é aquele que irá verificar as mudanças, a diferença entre a realidade inicial e final; é monitoramento que possibilitara apontar indicadores de longo prazo, para medir os efeitos do Programa no desenvolvimento dos assentamentos (econômicos, socioculturais, técnicos, institucionais e/ou ambientais). Embora Guijt (1999) diferencia estes dois tipos, do monitoramento participativo, avalia-se que ambos podem ser desenvolvidos em conjunto com todos os atores da ATES, seja no delineamento do sistema de monitoramento, na coleta dos dados, na análise, como também na partilha das informações sistematizadas.

Para haver a possibilidade do envolvimento dos diferentes atores, Bergamasco *et al.* (2010) afirmam que a metodologia de Avaliação e Monitoramento devem levar em consideração alguns preceitos básicos, entre eles destaca-se:

- Ser de fácil apropriação pelos atores envolvidos no Programa;
- Deve ser participativa em todos os seus níveis: gestão, coordenação, implantação, Avaliação e Monitoramento;
- Precisa ter flexibilidade para abranger diferentes realidades;
- Tem que analisar diferentes dimensões simultaneamente (social, produtivo, ambiental);
- Deve ser problematizadora e educativa;

Além de utilizar metodologias mais participativas para promover o empoderamento dos atores, o processo de Avaliação e Monitoramento de ATES no RS pode ser articulado com o planejamento das ações futuras. Os espaços destinados para avaliação do Programa (no caso específico, as reuniões dos conselhos) e os momentos particulares de discussão e elaboração da equipe dos articuladores, da coordenação estadual da ATES, da coordenação das prestadoras e das equipes nos NOs, devem ser subsidiados com as informações apontadas sobre a quantidade e qualidade das ações que estão sendo desenvolvidas nos assentamentos. Compreende-se que a rediscussão dos instrumentos de coletas de informações (SAMA, questionário aplicado às famílias assentadas e a planilha resumo dos PDAs e PRAs) também devem ser objetos de avaliação coletiva e participativa entre os atores da ATES.

Faz-se necessário na ATER uma discussão sobre os possíveis indicadores que balizarão o processo de Avaliação e Monitoramento, levando em consideração que aqueles apresentados no Manual Operacional de ATER possuem uma maior vinculação com o processo de desenvolvimento dos assentamentos, em detrimento específico das ações desenvolvidas pela ATER. Para isto, entende-se como indicadores “as peças de informações que oferecem uma visão clara a respeito de questões mais amplas e que tornam perceptíveis tendências que não são imediatamente detectáveis” (Centro de Treinamento... 2000, p. 32).

Nesta perspectiva, de acordo com Guijt (1999, p. 40),

“um indicador apenas é significativo se estiver diretamente relacionado à informações que as pessoas necessitam e, também, se sabem como interpretar ou ‘ler’ seu sentido. Os indicadores apenas representam uma realidade bem mais complexa e por isto devem ser relevantes e preciso o bastante – nem tão perfeitos”.

Para tanto, ao estudar o processo de Avaliação e Monitoramento no Programa de ATER, Bergamasco *et al.* (2010) propõem uma dinâmica organizativa para a definição dos indicadores, partindo de determinadas categorias (formadas a partir das diretrizes do Programa), conforme pode ser observado no Quadro 7.

Categorias	Passos para definição dos indicadores
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Organização social e comunitária; ▶ Renda; ▶ Qualidade de vida; ▶ Soberania e Segurança alimentar; ▶ Questão ambiental; ▶ Gênero, geração e etnia; ▶ Concepção pedagógica; ▶ Instituição e quadro profissional; ▶ Acesso aos recursos naturais; ▶ Relação da ATER com outras políticas públicas; Recursos tecnológicos e de gestão. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os indicadores devem sair do ambiente macro para níveis mais explicativos; 2. Deve ser determinado peso (relevância) de cada variável de análise e dos indicadores; 3. Delimitar as variáveis de análises para cada indicador; 4. Propor a forma de validação dos indicadores a partir da pesquisa de campo; 5. Delimitar os níveis qualitativos de eficácias dos indicadores; 6. Definir os parâmetros e os procedimentos de mensuração dos indicadores; 7. Definir o processo Qualitativo de Avaliação da Política ou do Programa para os dados a serem coletados através da Análise Participativa;

Quadro 7 – Categorias de análise para a política de ATER e os necessários passos para a definição de indicadores de Avaliação e Monitoramento.

No caso da ATER no RS, propõem-se que a definição dos indicadores para balizar o processo de Avaliação e Monitoramento da ATER tenha como base os tipos de informações e

os objetivos em cada categoria selecionada, fato este que ainda não pareceu estar claro. Neste sentido, também se faz necessário definir com clareza os momentos temporais (curto, médio e longo prazo), onde cada um deles poderá definir indicadores específicos “por exemplo, um projeto que pretende incentivar agricultores a plantar em curva de nível, terá um objetivo de curto prazo (treinar o maior número possível de agricultores), enquanto o objetivo a longo prazo poderá ser a redução da erosão do solo” (INSTITUTO CULTIVA, 2007, p. 50). Tendo em vista a diversidade de ações desenvolvidas pelas equipes técnicas de ATES, recomenda-se que sejam priorizados alguns objetivos a serem acompanhados, de modo a desenvolver uma abordagem capaz de apontar quais serão os indicadores de curto, médio e longo prazo.

De acordo com Guijt (1999, p. 41) para evitar os problemas de validade e confiabilidade, sugere-se que os indicadores sejam os mais específicos possíveis, incluindo o objetivo ou a meta a ser alcançada, a característica a ser medida, o período abrangido e a área física em questão (se for o caso).

Avalia-se que a definição dos objetivos e dos indicadores deva ocorrer nas diferentes amplitudes e com os diferentes atores. Observa-se também que, por atuar em regiões geográficas distintas e com realidades culturais singulares os objetivos e indicadores poderão ser diferenciados em cada região, o que exige um esforço ainda maior.

6 CONCLUSÃO

A criação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a sua consolidação a partir da lei 12.188/2010 possibilitou a ampliação dos serviços técnicos aos agricultores familiares de todo o Brasil. Esta condição alicerçou a criação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos Assentamentos de Reforma Agrária (ATES). Entre os grandes avanços dessas iniciativas, identifica-se a valorização do saber popular, a incorporação de temáticas relacionadas às questões ambientais e sociais, a defesa dos espaços de compartilhamento do poder decisório e a incorporação de diretrizes em prol do desenvolvimento sustentável e da agroecologia.

A necessidade da formulação de processos de Avaliação e Monitoramento para determinar o desempenho de políticas públicas, tem tido destaque a partir da implementação das reformas estruturantes no aparato burocrático estatal. Embora se tenha inúmeras referências apontando a direção, este processo tem se mostrado de difícil consolidação. No caso da ATES, não há uma orientação clara do “como fazer” a exemplo do Manual Operacional da ATES, onde se tem a definição de linhas gerais e genéricas.

A adoção de modelos de desenvolvimento agroecológicos e sustentáveis como orientação ao trabalho extensionista, incluiu uma diversidade de situações sociais, técnicas, políticas, ambientais, organizativas e institucionais (como efeito da interação dialógica entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico) o que dificultou a consolidação de processos de Avaliação e Monitoramento.

A construção destes modelos foi concebida como um processo gerador de diversidades, requerendo a valorização de uma nova base ética e moral à balizar as interações entre os atores sociais. Se exigiu a consolidação de princípios de confiança que para Leff (2003, p. 93), “é um elemento central em qualquer processo de aprendizado recíproco. Uma parte do processo deve ser dedicada a construir uma relação entre as pessoas e os grupos de interesse que ainda não apresentam vínculos positivos”.

No RS a ATES passou por inúmeras melhorias e atualizações. A principal delas ocorreu em 2009, quando foi alterada a relação do INCRA com as prestadoras: dos convênios para os contratos. Esta alteração proporcionou maior controle sobre os serviços prestados, através do regramento institucional determinado pela lei de licitações.

Entretanto, estas alterações não solucionaram os inúmeros problemas estruturais e de gestão do Programa, entre elas a dificuldade de por em prática o processo de Avaliação e Monitoramento. Isto pode estar ocorrendo devido a três fatores: 1) falta interiorização e entendimento teórico/prático por parte dos atores envolvidos no Programa. Tem-se como hipótese que “não saber como fazer” é uma das dificuldades enfrentadas. Ou seja, a descrição de “como fazer” registrada no Manual Operacional não dá conta da complexidade e diversidade do Programa da ATES, bem como, encontra limite na formação teórica/prática sobre avaliação e monitoramento; 2) o Programa da ATES no RS carece de estrutura física e operacional para efetivar o processo de monitoramento e avaliação. A estrutura física e operacional disponível para a coordenação e gestão possibilita que no processo Avaliação e Monitoramento predomine apenas práticas avaliativas com base nas informações quantitativas; 3) na atualidade efetiva-se um sistema de fiscalização quantitativo para fins de validação e justificativa dos investimentos feitos nos serviços de ATES.

Existe na ATES uma preocupação maior com o cumprimento e verificação do número de atividades realizadas, com a carga horária de trabalho cumprida pelas equipes técnicas, com o atendimento dos prazos estabelecidos etc., ao contrário do monitoramento dos resultados alcançados, do processo de desenvolvimento estabelecido e em andamento, bem como do envolvimento dos diferentes atores presentes na realidade da reforma agrária. Observa-se que esta orientação restringe-se em monitorar o funcionamento operacional do Programa da ATES, sem exigir informações detalhadas dos resultados das ações técnicas nos assentamentos.

Da mesma forma, os problemas detectados nas reuniões dos conselhos da ATES podem ser relacionados à falta de espaço de capacitação e formação que possibilitem o empoderamento dos representantes. Dado que os assentados têm um papel determinante na sustentação e aprimoramento da ATES, o fomento da capacidade organizativa deveria ser uma das prioridades da ATES. Estes espaços, se estimulados, tendem a contribuir para a redução das distâncias existentes entre as intenções do Programa e o campo concreto em que as propostas se realizam. Deste modo, a descentralização com o objetivo de compartilhar o poder decisório pode ser construída no decorrer do desenvolvimento das ações, promovendo capacidades técnicas e políticas para agir e intervir nos rumos das próprias intervenções. Neste entendimento, a descentralização muito além da execução dos serviços, resulta num movimento contrário à concentração e centralização das decisões, em prol da construção de um cenário de cooperação entre os atores envolvidos.

Estes aprimoramentos passam pela reestruturação da Coordenação Estadual da ATES (ampliando o número de servidores para esta função), pelo maior envolvimento da coordenação das prestadoras na dinâmica operativa e organizacional da ATES, por iniciativas descentralizadas de debates e discussões com as equipes técnicas nos NOs e por uma reestruturação das reuniões dos Conselhos Regionais e Estadual.

Sugere-se que a elaboração das metas futuras seja definida a partir de um processo de construção conjunta entre os atores envolvidos no Programa da ATES, levando em consideração os PDAs e PRAs construídos durante os anos de 2009 e 2010, as informações coletadas junto as famílias, a sistematização dos dados do SAMA, os relatórios produzidos pelas equipes técnicas em todos os NOs e as avaliações realizadas nas Conselhos.

Entende-se que a partir deste cenário será possível elaborar objetivos, metas e indicadores de ATES, permitindo aproximar o trabalho das equipes técnicas as particularidades e demandas regionais, buscando superar a insatisfação de muitos assentados, que compreendem que as ações desempenhadas pelos técnicos são genéricas e servem para “cumprir meta do contrato”.

Neste cenário, o processo de Avaliação e Monitoramento da ATES deve levar em consideração as diferentes dimensões existentes nos ambientes sociais e especialmente na realidade da reforma agrária, de modo a promover uma confiança de relações, para avançar rumo a promoção da qualidade de vida nos assentamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Manual Operacional da ATES 2008: norma de execução n. 78, de 31 de outubro de 2008. **Boletim de Serviço do INCRA**. Brasília, DF, 2008, 142 p.

_____. Norma de Execução n. 39, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 8 maio 2004. Com anexos I, II e III.

_____. **Pesquisa sobre Qualidade da Reforma Agrária (PQRA/INCRA, 2010)**. Disponível em <http://pqra.incra.gov.br/>. Acesso em 21 jan 2011.

BAUER, M., GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 17-36.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERGAMASCO, S. M. P. P et al. **Implantação de metodologia de aplicabilidade e avaliação da eficácia da Política Nacional de ATER – PNATER**. Criação de Observatório Participativo de ATER do Estado de Sergipe. Aracaju 26, 27 e 28 de maio de 2010. UNICAMP, MDA, 2010.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: ____ (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 95-105.

CENTRO DE TREINAMENTO AVANÇADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL. Universidade Humboldt de Berlim. **Monitoramento Qualitativo de Impacto: Desenvolvimento de Indicadores para a Extensão Rural no Nordeste do Brasil**. Berlim / Fortaleza / Recife, 2000, p. 322.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, M. M. Extensão Rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

ECHENIQUE, O. S. **Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil**: análise do Projeto Lumiar e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: FAO; INCRA, 1998. 44 p. Relatório de Consultoria.

EMBRATER. **Extensão rural, desenvolvimento e democracia, pronunciamentos do presidente da Embrater, Romeu Padilha de Figueiredo**. 1985. Brasília, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOSLING, L., and Edwards, M. **Toolkits**: A practical guide to assessment, monitoring, review and evaluation. SCF Development Manual No. 5. London, Save the Children, 1995.

GUANZIROLI, C. E.; BRUNO, R. L.; CABANILHA, I. S.; DIAS, M. M. **Assistência técnica para assentamentos rurais**: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER). Brasília, DF: MDA; FAO, 2003. 39 p. Relatório de Consultoria. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

GUIJT, I. **Monitoramento participativo em iniciativas ligadas à agricultura sustentável**. Institute for Environment and Development (IIED) e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Paraíba, 1999.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Manual Operacional de ATEs 2004. Norma de Execução n° 39, de 30 de março de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 8 maio 2004. Com anexos I, II e III.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 11/RS. **Projeto Básico visando à licitação para a prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATEs), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, outubro de 2008, 66 p.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência 11/RS. **Sistema de apoio e monitoramento da ATER**. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.wapwapw.com/terraincra/Sama_Atualiza/Sama_Mostra_Editada.php>. Acesso em: 16 maio 2010.

INSTITUTO CULTIVA. **Indicadores de avaliação de resultados de ATER**. Projeto indicadores de avaliação de resultados de ATER. Consultoria Instituto Cultiva. Belo Horizonte. Impresso, 2007.

LEFF, Enrique. **A Complexidade Ambiental**. Editoras Cortez, Edifurb, Pnuma. São Paulo, 2003.

MARINHO, D. N. (Coord.); BARBIERO, A. K.; PEREIRA, É. Q. **Projeto LUMIAR**: uma avaliação qualitativa. Relatório de Consultoria. Brasília: 1999.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Grupo de Trabalho ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: versão final. Brasília, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAIS, S. C.; SOLIS, B. A.; HAAS, J.; NEUMANN, P.; DIESEL, V. Contratos de ATER no Brasil: a elaboração das metas contratuais na prestação de serviços – o caso do RS. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, 4., 2010, Araraquara. **Anais...** Araraquara: UNIARA, 2010. CD-ROM.

OLIVEIRA, V. **A impossível simetria**: distinção, interdependência e poder entre a relação de agricultores e mediadores sociais. 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PEREIRA, E. Q. **Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social?**: visões opostas do apoio à agricultura familiar. 2004, 141f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2004.

PICCIN, M. B.; DALBIANCO, V. P.; TREVISAN, M.; PICCIN, M. B. Serviços de ATER e Poderes Assimétricos em Assentamento Rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 26, n. 1/3, p. 59-92, jan./dez. 2009.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica nos assentamentos rurais. 2007, 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–CPDA–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 105-142.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 107-125.

Documentos Consultados

Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações.

Lei n. 12.188/2010, de 21 de janeiro de 2010 – Lei da PNATER

ANEXOS

Anexo A – Relação de municípios em cada NO

N ^o	Núcleos Operacionais	Relação de Municípios
1	Julio de Castilhos	Boa Vista do Ingra, Julho de Castilhos, Pinhal Grande, Salto do Jacuí, Faxinal do Soturno, Jaguari, Quevedos e Santa Maria.
2	Tupanciretã	Tupanciretã.
3	Jóia	Jóia.
4	Sarandi	Passo Fundo, Ernestina, Não-Me-Toque, Carazinho, Sarandi, Ronda Alta, Trindade do Sul e Gramado dos Loureiros.
5	Palmeira das Missões	Palmeira das Missões, Ijuí, Santa Barbara, Catuípe, Chiapeta, Coronel Bicaco, Redentora, Erval Seco e Braga.
6	Vacaria	Caxias do Sul, David Canabarro, Guabiju, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha Pinhal da Serra, Sananduva e Vacaria.
7	Nova Santa Rita	Nova Santa Rita, Capela de Santana, Montenegro, Taquari, Capivari do Sul e Palmares do Sul.
8	Eldorado do Sul	Eldorado do Sul, Camaquá, Arambaré, Tapes, Sentinela do Sul, Butiá, Charqueadas e Guaíba.
9	Santana do Livramento	Santana do Livramento.
10	Fronteira Oeste	Alegrete, Rosário do Sul, São Gabriel, Manoel Viana, Uruguaiana e Dom Pedrito.
11	Candiota	Candiota e Aceguá.
12	Hulha Negra	Hulha Negra e Bagé.
13	Canguçu	Canguçu e Encruzilhada do Sul.
14	Pinheiro Machado	Pinheiro Machado e Pedras Altas
15	Piratini	Piratini, Cerrito e Capão do Leão
16	Herval	Herval, Arróio Grande, Pedro Osório e Santa Vitória do Palmar.
17	São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga, São Borja, Garruchos, São Nicolau e Santo Antônio das Missões.
18	São Miguel das Missões	São Miguel das Missões, Caibaté, Bossoroca, Giruá, Itacurubi e Capão do Cipó
19	São Gabriel	São Gabriel, Alegrete, Manoel Viana, Santa Margarida do Sul e São Francisco de Assis.

Anexo B – Ficha de campo para as visitas técnicas individuais aos lotes

CADERNETA DE CAMPO / FICHA DE VISITA TÉCNICA

(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO À CANETA)

EMPRESA: **NÚCLEO OPERACIONAL:**
P.A.: **MUNICÍPIO:** **CÓDIGO SIPRA:**

TÉCNICO:

DATA:/...../.....

UNIDADE VISITADA:

BENEFICIÁRIO / CPF:

LOTE:

ATIVIDADE / DESCRIÇÃO:

() 1. ÊNFASE SOCIAL.

() 2. ÊNFASE AMBIENTAL.

() 3. ÊNFASE PRODUTIVA.

() 4. ÊNFASE PROGRAMAS INCRA.

() 5. OUTRO (ESPECIFICAR).

() 6. NÃO ACEITOU A VISITA TÉCNICA.

() 7. FAMÍLIA / ENTREVISTADO RESIDENTE NÃO ESTÁ NA RB.

ENCAMINHAMENTOS / OUTRAS OBSERVAÇÕES:

.....

ASSINATURA BENEFICIÁRIO ASSINATURA TÉCNICO ASSINATURA

COORDENADOR DO NÚCLEO

Anexo C – Fichas de campo para as ações coletivas

AÇÕES COLETIVAS (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO À CANETA)

(ANEXAR REGISTROS FOTOGRÁFICOS)

EMPRESA: **NÚCLEO OPERACIONAL:**

.....

P.A.: **MUNICÍPIO:** **CÓDIGO**

SIPRA:

DATA:/...../..... **TÉCNICO RESPONSÁVEL:**

.....

EVENTO :

DURAÇÃO: **LOCAL:**

AÇÃO CONTEMPLADA (PDA, PRA, NÃO PREVISÍVEIS, METAS COLETIVAS, ETC.):

.....

ÊNFASE (SOCIAL/ AMBIENTAL/ PRODUTIVA/ PROGRAMAS DO INCRA):

.....

INSTRUTOR / PALESTRANTE:

.....

SÍNTESE DA DISCUSSÃO:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Anexo D – Questionário usado pelos asseguradores de contratos de ATEs

QUESTIONÁRIO PARA FISCALIZAÇÃO DA ATES COM OS BENEFICIÁRIOS

DATA:...../...../..... Fiscal:

NO..... ASSENTAMENTO.....

ASSENTADO (A).....

 O senhor (a) conhece a ATEs do INCRA?
() sim, () não. Nome da empresa:

 Conhece o técnico que lhe assiste?
() sim, () não. Nome do Técnico

 Sabe quem é o técnico da área social: () sim, () não. OBS:.....

 Da área ambiental: () sim, () não. OBS:.....

 Da área produtiva: () sim, () não. OBS:.....

 Já recebeu visita do técnico neste ano? (a partir de fevereiro de 2010)
() sim, () não. Quando:.....

 Lembra o assunto que discutiram: () sim, () não
Qual assunto:.....

i. () Ambiental

ii. () Social

iii. () Produtivo

 Foi útil, teve algum encaminhamento/consequência: () sim, () não

Qual:.....

 Sabe quando ele volta: () sim, () não

Quando:.....

 Participou de alguma reuniãocurso/oficina/atividade promovida pela equipe técnica no assentamento:

() sim, () não. Qual:.....

 Se não participou, ficou sabendo: () sim, () não

 lembra o assunto discutido: () sim, () não

Qual assunto:.....

 foi decidido/encaminhado alguma coisa: () sim, () não

O que:.....

 já visitou o escritório da equipe:
() sim, () não. Quantas vezes?.....

 já precisou/solicitou atendimento da equipe:
() sim, () não. OBS:.....

 foi atendido: () sim, () não

 Outras observações:
.....